

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, está quase a chegar e entretanto passaria a fazer a chamada dos Membros desta Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos que apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. António Jorge Pinto da Cunha Caetano.

Igualmente o Sr. Deputado Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

Também a Sra. Deputada Clara Margarida da Fonseca Dias não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pela Dra. Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra.

Também o Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pela Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pela Tesoureira da Junta, Dra. Ana Margarida Guilherme Lopes.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara em substituição da Dra. Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2023.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, São Gião, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2022, no valor total de 23.119,20 € (vinte e três mil cento e dezanove euros e vinte cêntimos).

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de apoio à Freguesia de Seixo da Beira de um subsídio no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da “Festa do Pão, Bolos e Bolas - 2023”.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023.

VI - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do

artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 %, para o ano de 2024.

VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2024.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2024, em 5 %.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passaríamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois, da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três e da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três.

Pergunto se há alterações ao teor das atas. Não havendo alterações ao teor da ata passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por unanimidade.

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, foi aprovada por unanimidade.

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, foi aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas enviou um requerimento à Assembleia Municipal para se pronunciar sobre os limites da Freguesia de Alvôco das Várzeas e enviou também para a Câmara Municipal e quero dar a seguinte nota: Este assunto é pacífico. Já falei com a Sra. Diretora-Geral do Território e já falei com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas e penso que temos que fazer um procedimento, e já tenho alguns documentos que depois lhe farei chegar, porque o processo não pode ser da forma como estava, tem que obedecer a determinados trâmites legais. Falei com a Sra. Diretora-Geral do Território e disse-lhe que é um assunto pacífico entre os dois Concelhos e as próprias Freguesias limítrofes. E por isso, hoje, não trazemos este assunto para discussão. Teremos que trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal para dar uma ajuda mais técnica e para organizar o processo até porque estes limites da Freguesia de Alvôco são também uma questão de justiça mas é uma questão que é pacífica nos dois Concelhos.

Temos aqui uma carta de um munícipe a pedir uma intervenção urgente da Assembleia Municipal. É uma carta do Sr. Eddy Hermus e eu pensei que hoje ele estaria aqui. Nesta carta ele refere as construções ilegais no Reino do Pineal. Esta carta é manuscrita, tem muitas páginas, e peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para vos falar sobre este assunto até porque conhece o processo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“É sempre positiva a intervenção do público. Na Assembleia Municipal têm assento os eleitos mas também há um espaço para a intervenção do público e é uma forma de cidadania participativa, cidadania viva e uma forma de debate livre e democrático.

Esta carta foi-me remetida para conhecimento da mesma e eu tinha a expectativa que o Sr. Eddy Hermus estivesse aqui e lhe pudesse dar a explicação que passo a dar a todos os Membros desta Assembleia Municipal.

Portanto, relativamente às questões e à matéria vertida na carta com várias páginas endereçada à Assembleia Municipal e que a Assembleia Municipal remeteu para a Câmara Municipal tenho a dizer o seguinte: Este caso está sob investigação judicial pelo que me é dado saber. Portanto, terei as minhas naturais reservas naquilo que vou dizer de seguida.

As denúncias do Sr. Eddy Hermus deram origem a três processos de contraordenação contra o Sr. Pione Sisto, proprietário da Quinta dos Sete Poços, que culminaram na aplicação de uma coima única de mil e quinhentos euros. A

coima não foi paga e o processo foi remetido para o Ministério Público para execução coerciva.

Instado pelo Município de Oliveira do Hospital para apresentação dos necessários projetos de legalização das construções, o Sr. Pione Sisto, ou qualquer representante, não o fez.

O Município de Oliveira do Hospital, e neste caso os seus serviços, não está assim em condições de afirmar categoricamente que as construções não são legalizáveis à luz das normas em vigor.

Notem bem, a eventual reposição da legalidade urbanística irá ter que ter em conta que parte das construções se destinam a habitação, o que implicará a intervenção do poder judicial, entenda-se para efeitos de demolição, conforme é pedido na respetiva missiva.

Dado o estado de todo este processo e a mediatização do mesmo, o Município de Oliveira do Hospital aguarda desenvolvimentos estando atento e fazendo por acompanhar toda a situação.

Relembramos que logo em janeiro de 2022 o Município de Oliveira do Hospital preocupado com a situação, nomeadamente a existência de crianças na referida quinta, fez deslocar uma equipa multidisciplinar de técnicos do Município ao local e elaboraram o respetivo relatório que foi enviado às respetivas autoridades, Ministério Público, GNR, SEF, etc. Em resultado disto foi, à data, aberto um processo de investigação judicial.

Nota final, e isto informam-me os serviços jurídicos do Município de Oliveira do Hospital: A demolição de edifícios para habitação constitui último rácio, ou seja a última medida, de atuação, devem ser antes acauteladas e esgotadas todas as possibilidades, cuja última palavra, entenda-se decisão, é do poder judicial, entenda-se tribunal, e refiro-me à demolição de edifícios.

Era isto que tinha para esclarecer à Assembleia e caso o Sr. Eddy Hermus estivesse presente podia fazer outros esclarecimentos.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Recomendava à Câmara Municipal para responder com esse texto ou então enviarei a cópia da ata quando ela estiver aprovada.”

De seguida deu início o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. João Rogério Veloso da Silva que fez a seguinte intervenção:

“Os últimos anos têm sido marcados por diversas alterações ao sistema viário municipal, verificaram-se adaptações e ampliações mas sobretudo foram marcados pela transferência de responsabilidades para o Município no domínio das redes viária de nível nacional.

Importa, assim, por parte do Município, um olhar atento e adequado, sobretudo em consonância com a alteração dos fluxos de trânsito dentro e entre localidades, visto que estas vias continuam a ser portas de entrada e saída do Município.

Considerando que cabe à Câmara Municipal zelar pelas boas condições de fluidez do trânsito e sobretudo pela procura da segurança rodoviária de todos os utentes das vias públicas, sejam eles peões ou automobilistas, a procura de soluções de mobilidade tem de ser marcada pela audácia e pela inovação.

Atendendo à diversidade e à heterogeneidade das sociedades contemporâneas urge a adoção de novas soluções e a utilização de instrumentos adequados aos novos tempos. Aqui os meios de informação digital assumem um papel preponderante enquanto facilitadores do ponto de vista da análise, com a possibilidade de integração de outros instrumentos, mas sobretudo como ferramenta de apoio à tomada de decisão no âmbito da gestão do parque municipal rodoviário.

Neste sentido verifica-se a necessidade de elaborar regulamentação municipal sobre o trânsito, sendo objetivo primeiro, dotar o Município de Oliveira do Hospital de um instrumento que, compatível com a realidade existente, possa contribuir para aumentar a capacidade ao nível da gestão e ordenamento do trânsito, bem como melhorar a mobilidade viária, proporcionando aos cidadãos melhores condições de trânsito e consequentemente de qualidade de vida urbana.

Assim, e em conclusão, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os Regulamentos de Trânsito, podendo este trabalho ser executado e orientado por um mal informado e sem habilitações ou competências em questões de segurança rodoviária.

Gostaria ainda de colocar as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

Qual foi a metodologia utilizada para se concluir que o determinado local necessitava urgentemente de uma intervenção sinalética?

Existem novos planos para novas intervenções nesta área?

Foi-me prometido que a rua António Canastrinha iria ser intervencionada e até agora ainda não foi feita essa intervenção, aquele pavimento está muito deteriorado e é um risco para quem lá passa.

Dizer ainda que foram colocadas sinaléticas a mais e que não têm justificação, e deixo uma fotografia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Para quando a criação de uma equipa cinotécnica na Câmara Municipal?”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo munícipe João Rogério Veloso da Silva.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Naturalmente que tenho todo o gosto de responder à intervenção do público independentemente da natureza das perguntas e faço-o com sentido de esclarecimento.

Vamos aos factos: Há um problema com a sinistralidade e há uma via onde essa sinistralidade se tem revelado acentuada e com várias ocorrências e evidências que todos nós conhecemos e que é a Av. Dr. António Afonso Amaral. Portanto, entendemos fazer medidas de carácter corretivo com a colocação das designadas almofadas e dos balizadores.

Relativamente à metodologia usada para a colocação de sinalética, garantidamente não é o Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com o Pelouro da Mobilidade e Trânsito que decidem. Quem decide é a equipa técnica e o responsável, o Chefe de Divisão das Infraestruturas e Obras Municipais, o Eng.º Fernando Vicente, seguindo uma metodologia que passa por: Analisar as recomendações técnicas da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária. Com base nessas recomendações é preparada uma proposta que naturalmente implica análise técnica, diagnóstico de soluções e, neste caso que referiu, foram tomadas decisões políticas em termos de acalmia do trânsito, neste caso redução de velocidades, com base na referenciação das áreas que têm mais perigosidade e, com base nisso, entre a proposta técnica e a decisão política, é colocada essa mesma sinalética e foi aquilo que aconteceu exatamente na Av. Dr. António Afonso Amaral que liga a entrada de Oliveira do Hospital à estrada Nacional nº 17.

Relativamente àquilo que é o planeamento no setor, e esta questão tem vindo a ser acompanhada pelo Sr. Vereador Prof. Nuno Ribeiro, neste momento aquilo que está em preparação e já foi pedido um estudo e o cadastramento de todos os sinais existentes no Concelho e seguidamente a elaboração do respetivo Regulamento de Trânsito para levar à apreciação da Câmara Municipal e naturalmente, depois, virá à Assembleia Municipal.

Quanto à designada criação da equipa cinotécnica dizer que o Município de Oliveira do Hospital não rejeita oportunidades nem nunca rejeitou. É preciso ter a noção que o Canil e Gatil Municipal estava em preparação, em fase de remodelação e requalificação, e estamos a falar de uma obra onde se investiram cento e quinze mil euros com participação do Estado Português, através do ICNF, de trinta e sete mil euros. Estávamos a fazer uma intervenção, que entretanto já está concluída, e não havia grandes condições para acolher essa estrutura. Também sei que essa unidade foi lançada ou iniciada na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira e neste momento não sei em que ponto é que está essa situação.

Relativamente à rua António Canastrinha dizer o seguinte: Disse, aqui, há uns meses, que estávamos a fazer um estudo. Exatamente estamos a fazer um estudo, e entenda-se projeto e levantamento de custos, e que está praticamente concluído, para avaliar o nível da intervenção e os custos da mesma e a possibilidade do seu financiamento. Estamos a falar de pavimentação, colocação de escoamento de águas pluviais e colocação de passeios.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer o seguinte: Estamos numa Sessão da Assembleia Municipal e não estamos numa Sessão pública da Câmara Municipal.

Aqui quem tem que responder às questões que são colocadas é o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e não é o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Estou inteiramente de acordo que as pessoas venham aqui e acho muito bem que venham apresentar os próprios problemas mas analisando isto em rigor, nós temos aqui um comportamento de um Partido Político que não tem eleitos nesta Assembleia e faz intervenções como se tivesse eleitos.

Creio que tem de haver algum rigor.”

De seguida foram iniciadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à intervenção do público dizer o seguinte: Sr. Presidente da Câmara Municipal dezasseis mil euros para serem investidos naquilo que ali está e que de resto o argumento que utiliza para aquela intervenção é a questão dos acidentes que lá têm acontecido.

Pois bem, a seguir a essa obra já houve um acidente precisamente por causa da atrofia do tráfego que aquela obra gera.

Posso dizer mais, com esses dezasseis mil euros, e da próxima vez que queira fazer intervenções dessa ordem, e pode ligar-me para o meu contacto pessoal para tratarmos de problemas que eu já ando aqui a colocar há alguns meses e alguns até prometidos pelo Partido Socialista, e eu já nem falo na Estrada Parceiro/Covão porque já soube e congratulo por finalmente ter recebido a Liga dos Amigos do Parceiro, Barroca, Covão e Alentejo para resolver esse problema mas posso colocar-lhe outros, e que já os coloquei aqui, e que é a questão dos railes na estrada de Rio de Mel. Isso, sim, é um problema de perigosidade elevada e cuja estrada tem um tráfego elevadíssimo principalmente durante o verão porque como sabe é um troço turístico.

Depois passaria a outro ponto: Creio que o Sr. Eng.º José Carlos não levará a mal. O nosso Executivo foi eleito fez esta semana dois anos e durante esses dois anos as intervenções com a maquinaria da Câmara Municipal eram feitas de duas a três vezes por ano nos anos anteriores. O Sr. Presidente dizia-me que isso de facto já não é competência da Câmara, e tem razão, mas a partir do momento em que o Sr. Presidente assume o compromisso de ajudar as Freguesias nesse tipo de tarefas ficaria bem cumprir esse tipo de promessas porque desde que o nosso Executivo foi eleito foi apenas feita uma grande intervenção de fundo nos nossos estradões em novembro de 2021.

No início deste verão e fim da primavera é facto que esteve lá a maquinaria, ela esteve duas ou três semanas no máximo, foi feita uma intervenção que de facto foi bem feita no estradão do troço que liga a Cabeça de Eiras a São Gião.

A nossa Junta de Freguesia fez questão de fazer uma lista e até uma visitação com o próprio Eng.º José Carlos aos locais que deveriam ser intervencionados e até hoje não foram e as máquinas já foram para outras Freguesias, já serviram privados como a Fundação Albino Mendes da Silva, já foram até a troços fora do Concelho como é caso da parte de Cabeça de Eiras e

Aldeia Nova, mas de facto nos estradões da Freguesia de São Gião, e até já houve um incêndio florestal neste verão, ainda não vi nada e não vi aquilo que foi identificado pelo Executivo como prioritário.

Portanto trago este assunto aqui independentemente do respeito, da cordialidade e da amizade que mantenho com os envolvidos no processo com a esperança que isso se possa resolver com facilidade e dignidade que a Junta de Freguesia de São Gião merece. O Sr. Presidente saberá que é uma das Juntas com mais perigosidade ao nível de incêndios no Concelho.

A Junta de Freguesia é sempre a primeira porta da democracia e do poder autárquico e somos nós que socorremos e ouvimos as queixas e os lamentos dos fregueses.

Depois gostaria também de fazer outra questão que se prende com a verba de investimento de capital. Deparei-me que apenas cinquenta por cento da verba alocada a investimento de capital acordada com a Junta de Freguesia de São Gião foi transferida e não sei se passou o mesmo com os restantes Presidentes de Junta mas gostaria de perceber o porquê tendo em conta que essa verba por norma é transferida por inteiro.

Também o subsídio para a recolha de resíduos e que o Sr. Presidente assumiu em algumas assembleias atrás que gostaria de fazer o pagamento até ao mês de junho, e o pagamento é referente a 2022, e ainda não foi feito, e já vamos para o último trimestre de 2023. Gostaria de perceber quando é que se regularizaria essa situação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de deixar aqui duas questões, uma delas tem a ver com os prejuízos que aconteceram no início deste ano e que causaram alguns danos na União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira. Sei que foi feita uma candidatura para fazer face aos valores significativos de destruição que ocorreu. Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente em que ponto é que se encontra essa candidatura e se há alguma perspetiva de se iniciarem os trabalhos de recuperação.

A segunda questão é a seguinte: Terminam este mês os trabalhos do CLDS. Acho que o projeto do CLDS foi extraordinário tivemos a oportunidade de o ter na nossa União de Freguesias e gostaria de deixar aqui o desafio para

que o Município se voltasse a candidatar a uma próxima possibilidade de voltarmos a ter o projeto CLDS para podermos continuar a garantir que haja intercâmbios entre as Freguesias.

Posso dar-vos nota que nos últimos tempos o CLDS promoveu umas visitas de alguns grupos da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira a Andorinha e a Meruge, e têm acontecido com muita adesão e com as pessoas satisfeitas.

Acho que são coisas importantes porque havia gente de Meruge que nunca tinha visitado o Vale do Alva e apercebi-me que havia gente do Vale do Alva que nunca tinha vindo a Meruge. Acho que este tipo de iniciativas podem ter muito interesse.

Portanto quero pedir-lhe que se faça o esforço de podermos voltar a ter o CLDS e, enquanto isso não acontece, se poderíamos contar com o Município para desenvolvermos este tipo de intercâmbios no Concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui não é para agradecer à Câmara Municipal mas temos que ser justos com aquilo que dizemos. Alguns dizem que há muitos atrasos nas obras mas temos que ser justos e dizer que há muitas obras, há um conjunto elevado de obras, o maior conjunto de obras de sempre.

As obras têm uma particularidade, toda a gente as quer mas as obras demoram o seu tempo.

As mesmas pessoas que dizem agora que as obras estão em atraso e que falam mal e criticam são as mesmas que vão dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que vai aproveitar-se delas para se promover politicamente e fazer campanha eleitoral.

Temos que ser justos, é um conjunto significativo de obras e muitas delas foram prometidas ao longo dos anos e não foram feitas porque os Executivos anteriores não as conseguiram fazer. Estas obras vão ser úteis e toda a gente vai gostar e também há obras fora da cidade de Oliveira do Hospital, também há obras nas Freguesias que têm vindo a melhorar significativamente as condições de vida dos nossos cidadãos.

Também temos de dizer que não está tudo bem e ainda falta fazer muita coisa. Na minha Freguesia ainda falta fazer muita coisa mas já está bastante melhor do que eu a encontrei em 2009 mas há ainda saneamento para colocar

em alguns locais, há vias de acesso onde passam centenas de pessoas diariamente que têm de ser feitas e acho que as coisas estão no bom caminho para se fazerem e eu confio na palavra do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do seu Executivo.

Na Freguesia de Nogueira do Cravo temos realizado grandes obras o que também depois tem sido traduzido nas eleições com as vitórias e no caso particular de Nogueira do Cravo com vitórias esmagadoras. A melhor forma de se ganhar eleições é a resolver os problemas aos cidadãos e às vezes são coisas simples.

Tenho vindo a reivindicar junto do Executivo aquilo que ainda falta fazer na Freguesia de Nogueira do Cravo e já fizemos muito mas vou continuar a “bater o pé” para a realização das obras que ainda faltam.

Dizer ainda que as coletividades da Freguesia de Nogueira do Cravo têm direções dinâmicas e fortes e todas elas têm atividades.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero congratular-me pelas obras realizadas na estrada Chão Sobral/Alvôco das Várzeas. Depois de anos de promessas não cumpridas teve que ser um Executivo do PS a levar a bom termo o sonho dos cidadãos residentes no Chão Sobral em deixarem de ser moradores de uma aldeia sem saída. Os senhores prometeram ao povo e ao Executivo da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez que a obra seria feita e cumpriram. Agradeço ao anterior Executivo da Câmara Municipal, liderado pelo Sr. Presidente Alexandrino, e ao atual Executivo da Câmara Municipal que finalizou a obra.

Por último quero fazer uma referência às obras na Ponte das Três Entradas que têm levantado alguma celeuma. Os trabalhos estão a decorrer a bom ritmo e os acessos alternativos têm resolvido o que era expectável. Um troço em alcatrão e outro em terra batida que foi reforçado recentemente na estrada Parente/Chão Sobral. Um agradecimento aos trabalhadores da Câmara Municipal que fizeram um trabalho formidável na reparação do estradão que tem permitido uma passagem sem grandes constrangimentos.

A exemplo do que já foi apresentado pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho, quanto à mais-valia do projeto do CLDS para as aldeias mais afastadas da sede do Concelho, eu reforço essa mais-valia num programa como aquele que dá

mobilidade aos mais idosos e dá a possibilidade de visitarem outros Concelhos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Jorge Marques Figueiredo que fez a seguinte intervenção:

“Oliveira do Hospital tem demonstrado ser um Concelho vivo e dinâmico, com várias atividades culturais, desportivas e lúdicas.

Eventos bastante diversificados e bastante participados por pessoas de todas as faixas etárias, dos mais jovens aos mais idosos.

São disso exemplo, os mais recentes: A Semana Europeia do Desporto; A Semana Europeia da Mobilidade; O Concurso Municipal para jovens cantores - Soltem Talentos; O Programa Férias + Solidárias; O Dia Internacional da Juventude e o 2º Encontro de Associações Juvenis, o Programa mOHve-te; O Torneio Inter-Freguesias, bem como vários eventos promovidos pelas várias Freguesias do Concelho.

Para este dinamismo, o Concelho precisa de equipamentos adaptados às necessidades, daí que destaco a recente intervenção no Pavilhão Desportivo Municipal, que contou com a requalificação do piso em madeira, bem como a colocação de desfibriladores (um no pavilhão e outro nas Piscinas), no âmbito do Programa de Desfibrilhação Automática Externa.

O Pavilhão é um equipamento desportivo com bastante utilização e disponibilizado pelo Município a entidades escolares, desportivas e associativas, como ainda no fim de semana passado, que lá se realizou o evento de hóquei - Troféu Joaquim Caçapo.

Sabendo que o Município se tem preocupado com a melhoria, manutenção e requalificação dos equipamentos desportivos municipais, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se também está prevista alguma intervenção no complexo das Piscinas Municipais, um equipamento com elevada procura por parte dos Oliveirenses.

Em suma, e ao contrário do que os habituais “velhos do Restelo” dizem, vivemos num Concelho vivo e dinâmico, com oferta cultural e desportiva para todas as faixas etárias.

Afirmar o contrário é não conhecer o trabalho dos jovens, das associações e demais entidades espalhadas por todas as Freguesias do nosso Concelho.

Em nome do Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital quero ainda propor um Voto de Louvor à Organização das Jornadas Mundiais da Juventude em Oliveira do Hospital.

De um a seis de agosto realizaram-se, em Lisboa, as Jornadas Mundiais da Juventude, um encontro de jovens de todo o mundo, com o Papa Francisco. Apesar de um evento claramente católico, foi aberto a todos.

Como Francisco referiu é “o reencontro juntos na alegria do abraço fraterno entre os povos e as gerações, o abraço da reconciliação e da paz”.

Também em Oliveira do Hospital a comunidade organizou-se para acolher jovens. Um trabalho coordenado pelo COT - Comité Organizador Territorial, iniciado em maio de 2021.

Foram recebidos e acolhidos, no nosso Concelho, perto de quatrocentos jovens italianos, alemães e espanhóis, entre os dias vinte e seis e trinta e um de julho.

Por todo este trabalho desenvolvido, o Partido Socialista propõe um Voto de Louvor ao COT, Unidades Pastorais envolvidas, Juntas de Freguesia, às empresas do Concelho que se envolveram, instituições culturais e desportivas e principalmente aos mais de sessenta voluntários envolvidos e às mais de cem famílias de acolhimento que receberam os jovens peregrinos.

Ficou demonstrada a boa maneira beirã de bem receber e que certamente receberemos futuramente a visita dos jovens que por cá tão bem foram recebidos.

Obviamente este Voto de Louvor está aberto a quem a ele se quiser associar.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Gostaria de perguntar se alguém quer fazer alguma intervenção sobre este assunto antes de colocar a proposta de Voto de Louvor a votação.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“O PSD associa-se a este Voto de Louvor à Organização das Jornadas Mundiais da Juventude em Oliveira do Hospital pelo magnífico trabalho que foi desenvolvido.”

Efetuada a votação, o Voto de Louvor à Organização das Jornadas Mundiais da Juventude em Oliveira do Hospital, foi aprovado por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui duas ou três questões no Período de Antes da Ordem do Dia. Uma das questões é referente ao Canil Municipal. A informação que temos é que o canil e gatil está cheio e que não se pode praticar eutanásia nos animais mas podem-se condenar a prisão perpétua e podem ficar ali anos e anos em condições péssimas, sem qualidade de vida, etc, etc. É um problema que está na ordem do dia porque entretanto os novos valores sociais trouxeram para a ribalta a importância dos animais mas precisamos de ter estruturas capazes de dar resposta ao problema. Ouvi aqui falar, em tempos, da construção do canil intermunicipal e também gostava de saber qual é o ponto de situação e se de facto há alguma perspectiva de alargamento do canil municipal para que essas questões sejam resolvidas.

Depois dar também uma outra nota para corroborar a intervenção do Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Coelho, e que subscrevo na totalidade, sobre o CLDS. Creio que foi de facto um projeto que trouxe mais felicidade a umas centenas muito largas de idosos do nosso Concelho e só isso justificava ter existido o CLDS, mas também creio que deixa estruturas, deixa caminhos, que podemos trilhar no sentido de manter essa dinâmica de contacto, de convívio, de troca de experiências, que se verificou nesses três anos entre os idosos do nosso Concelho. Subscrevo inteiramente a proposta do Sr. Rui Coelho e creio que todas as Juntas de Freguesia se devam associar a esse projeto porque de facto ele é muito importante para os nossos idosos e creio que o Município também se associará.

Dizer também que estamos à porta da vigésima edição da Feira do Porco e do Enchido e estamos à espera que o Município nos dê um sinal de reconhecimento pela importância deste evento no Concelho e que esse sinal seja no sentido de o valorizar e de o projetar ainda mais.

Há uma dinâmica intrínseca às nossas comunidades rurais e muitas vezes nem nos apercebemos de tudo o que acontece no nosso Concelho e seja qual for a área em que se desenvolva é muito importante para fixar e para dar qualidade de vida às nossas populações, nomeadamente a Festa das Vindimas, a Festa das Sopas, o Ciclo do Pão. Um conjunto de iniciativas muito importantes que nascem da dinâmica popular e que são extremamente importantes e que, justiça seja feita, a Câmara Municipal tem ajudado.

Foi aqui abordada uma proposta para a criação de uma comissão para as comemorações do quinquagésimo aniversário do 25 de Abril e creio que é tempo de procurarmos a composição e também a primeira reunião.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Venho agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal por ter estado presente na Festa das Sopas e agradeço também a todos os que estiveram presentes. Foi um evento que superou as expectativas e tem um impacto muito importante para a União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

Quero agradecer também ao pessoal da Câmara Municipal que nos ajudou com o que foi solicitado e também agradecer ao pessoal do Planalto Beirão.

A Festa das Sopas é sem dúvida um evento que tem uma expressão enorme tal como a Festa do Enchido, a Festa do Pão, a Festa da Castanha. Em quarenta minutos esgotámos quinhentos e quarenta litros de sopa e durante a noite tivemos cerca de três mil pessoas naquele espaço. Acho que com este evento todos ganhamos.

Queria aliar-me ao que foi dito pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho. O CLDS é sem dúvida um projeto que tem que ser novamente reaplicado porque é uma mais-valia também para Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Dr. Manuel Maria Golegã da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“A minha primeira palavra é uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal pela intervenção que fez na Ilha do Picoto que ficou bastante destruída no início do ano e era preciso uma intervenção para que todos os veraneantes pudessem usufruir da praia fluvial. Aquele espaço é o ex-líbris de Avô onde decorrem grandes eventos já com algum significado.

Surgiu a ideia de colocar um baloiço no Rio Alva e nunca nos passou pela cabeça que tivesse o impacto que teve. Foi fotografado e partilhado nas redes sociais milhares de vezes o que foi ótimo porque levou o nome de Avô bem longe e por arrasto também o nome de Oliveira do Hospital e do nosso Concelho. Acho que foi positivo para todos. Nunca Avô teve tantas pessoas no Verão como este ano e isso leva-nos para um problema de estacionamento que temos de começar a pensar e já temos algumas ideias que vamos propor à

Câmara Municipal sobre a questão do estacionamento que este ano foi um grande problema na nossa vila e que afetou os residentes e a quem nos visitava.

Mais uma vez venho lembrar o acesso urgente ao Largo da Nossa Senhora dos Anjos no Outeiro. Este ano e com todas as pessoas que lá estiveram mais uma vez detetámos que não passa uma ambulância e se há ali um incêndio os bombeiros não passam e é necessário com muita urgência criar uma solução para o acesso a essa zona da vila onde residem pessoas idosas e agora também algumas pessoas estrangeiras que ali compraram casa. Aquele local tem cada vez mais pessoas a habitar e é urgente fazer essa intervenção.

O Posto Médico está encerrado o que causa bastantes transtornos e é uma preocupação para os nossos fregueses e por isso venho pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para ajudar naquilo que puder para que seja colocado um médico no Posto Médico de Avô.

Relativamente ao CLDS eu associo-me também ao meu colega Presidente de Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho. O CLDS não devia acabar ou pelo menos deveria ser criado algo que permitisse que estas pessoas que usufruíram dos passeios e visitas a outras freguesias que pudesse continuar porque o *feedback* é muito positivo.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Venho dar aqui o reconhecimento aos eventos que se têm feito pelo Concelho. Penso que o posso fazer em nome de todos os Membros desta Assembleia Municipal e quero deixar aqui um reconhecimento a todas as coletividades e a todas as Juntas de Freguesia que têm organizado estes eventos que têm sido bastantes. E desde logo dar aqui uma nota que é importante: Estes eventos têm sido todos apoiados pela Câmara Municipal quer na forma financeira quer na forma material e isso é importante porque revela o interesse que a Câmara Municipal e este Executivo têm em manter as Freguesias e as associações e coletividades vivas. Refiro-me por exemplo à Festa das Vindimas, à Festa Moçárabe, à Festa das Sopas, à Festa do Porco e do Enchido, à Festa da Castanha, entre outras, e isto demonstra realmente a vitalidade que as Freguesias do Concelho têm.

Queria enfocar aqui um aspeto sobre a EXPOH: A EXPOH, contrariamente àquilo que alguns diziam, porque diziam que era um fracasso e que não tinha cartaz, mas a verdade é que tínhamos um cartaz diversificado e

estava direcionado para todas as idades. Visitei a festa todos os dias e foi muito bom ver aquele recinto cheio.

Penso que a EXPOH foi um êxito e acho que é de continuar com este figurino e quero felicitar a Câmara Municipal por mais um ano com esta iniciativa.

Queria também enaltecer a presença do Executivo Municipal nos diversos eventos e no apoio às associações e às Juntas de Freguesia.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sra. Cátia Sofia da Cruz Alves, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta minha intervenção quero destacar o alerta que tenho vindo a fazer em Assembleias anteriores para a estação do ano que se aproxima e que irá complicar a situação do Caminho das Eiras que continua sem resolução e que preocupa todos os Alvocences. Questiono o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação e apelo a uma rápida intervenção.

Aproveito também para felicitar a concretização da estrada Tapada/Chão Sobral e espero que também seja contemplado o alcatroamento do seguimento da estrada da Tapada para o Barreiro a qual serve a minha comunidade e faz a ligação entre freguesias vizinhas.

Também tivemos a realização de um evento que já consideramos uma marca para Alvôco das Várzeas e também quero agradecer a colaboração da Câmara Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta minha intervenção irei abordar três pontos distintos que considero de enorme importância para o desenvolvimento da minha Freguesia.

No dia treze de agosto foi inaugurado o Relvado Sintético do Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama testemunhando a concretização de um sonho e trabalho de muitos.

Obra com algum investimento financeiro e trabalho da Direção, de sócios e simpatizantes, mas que nunca seria conseguida sem o investimento do Município e a participação do IPDJ, num total de cento e oitenta e quatro mil Euros.

E aqui realço o interesse e trabalho incansável, quer do Prof. José Carlos Alexandrino e do seu Executivo, quer do Dr. José Francisco Rolo e atual Executivo Municipal, com especial destaque para o Sr. Vereador do Desporto, o Prof. Nuno Ribeiro.

Quer esta conquista quer todas as outras alcançadas ao longo dos últimos anos pelo Clube Desportivo e Recreativo Vasco da Gama foram o resultado de um grande trabalho em equipa e o novo relvado, colocado com a época desportiva já a decorrer, veio dar melhores condições para a prática desportiva, vendo o clube sagrar-se bicampeão distrital da INATEL.

Ainda no que se refere ao associativo, congratulo-me por todas as atividades levadas a cabo pelas associações da Freguesia.

Tenho no entanto que salientar a realização de mais umas Férias em Ação, projeto do Grupo de Jovens PIDS, no âmbito de candidatura ao IPDJ e dirigido às crianças e adolescentes entre os sete e os catorze anos, que visa a ocupação de duas semanas de atividades desportivas, sociais e de interação geracional e que este ano contou com vinte e dois participantes e quinze monitores, sendo estes últimos apoiados pelo Programa Voluntariado Jovem, Natureza e Floresta.

Já no final do mês de agosto, e mais concretamente nos dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete, realizámos a edição de 2023 da Festa do Pão, Bolos e Bôlas.

Contámos com cerca de trinta expositores, entre artesanato, tasquinhas e restaurante, em que as associações tiveram uma vez mais uma forte componente participativa.

Para além da parte festiva que já caracteriza o evento, são os fornos o ex-líbris da Festa, funcionando de quinta a domingo, para a confeção do pão, dos bolos e das bôlas, dias em que foram utilizados novecentos quilos de farinha, cento e sessenta quilos de bacalhau e noventa e seis quilos de carne, não podendo esquecer as quantidades imensas de azeite, ovos e açúcar.

E, nesse sentido, quero, desde já agradecer ao Município a proposta de atribuição do subsídio que será posto à votação nesta Assembleia, e que, acredito, terá o voto favorável deste órgão, realçando que este pedido foi feito para equilibrar o orçamento da Junta, salvaguardando um evento que projeta o nome da Freguesia de Seixo da Beira e do Concelho de Oliveira do Hospital.

Ainda no que se refere a investimentos na Freguesia, congratulo-me com o início da obra de construção de dois apartamentos no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, nas Seixas. Trata-se de um

investimento que para além de salvaguardar situações de alojamento de emergência, dignificará aquela que é considerada a “sala de visitas” da localidade, no Largo da Capela, com a reabilitação de dois edifícios em ruínas, obra há muito reivindicada pela comunidade.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Aproveitando a dica do meu colega Presidente de Junta da União das Freguesias de Pelava de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho, também quero parabenizar aquilo que foi a atividade do CLDS e a Junta de Freguesia de Lourosa naturalmente será também uma voz ativa para tentarmos todos juntos que este projeto continue. O projeto CLDS possibilitou à população de uma localidade da Freguesia de Lourosa, uma localidade com mais problemas e que sofre mais com a interioridade, e que é o Pinheirinho, e foi precisamente essa localidade que o CLDS elegeu e aquela comunidade foi muito bem recebida em Meruge na Feira do Enchido e também foram recebidos em Lagares da Beira.

Aproveitando esta temática e esta referência à localidade de Pinheirinho, há pouco o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez veio dizer que foi alcatroado o acesso de Chão Sobral ao Parente e que o Chão Sobral é uma localidade “do volta atrás” mas o Pinheirinho também é se calhar uma das poucas localidades do Concelho que também é uma localidade “do volta atrás” porque efetivamente o alcatrão termina precisamente no Pinheirinho. A localidade do Pinheirinho também tem uma particularidade interessante porque é o limite da Freguesia de Lourosa e é o limite do Concelho de Oliveira do Hospital e limita com o Concelho de Tábua e Arganil. Portanto, um acesso melhorado ao Barril do Alva, que é cerca de um quilómetro de distância, seria uma obra extraordinária e, por isso, apelava ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para unirmos esforços com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua para tentarmos que aquela ligação seja uma realidade.

Referir ainda a edição da Feira Moçárabe que este ano é coincidente com os 1111 anos da Igreja Moçárabe de Lourosa. Para o próximo ano também temos que assinalar convenientemente esta data porque será a décima edição da Feira Moçárabe de Lourosa.

Relativamente à realização da Feira Moçárabe eu quero agradecer o papel preponderante do Município de Oliveira do Hospital, na pessoa do Sr.

Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo. Agradecer também aos colaboradores do Município de Oliveira do Hospital porque foram incansáveis juntamente com a nossa equipa de colaboradores e também enaltecer o papel da comunidade e das associações da Freguesia.

Quero agradecer também ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira pelo facto de ter disponibilizado as barracas para a realização do evento.

Agradecer também, e não sendo do nosso Concelho nem estando nos nossos limites administrativos, à União das Freguesias de Côja e Barril do Alva pela partilha de sinergias e pela disponibilização de um espaço para alojar os grupos que vieram até nós.

Referir também a grande quantidade de visitantes da Igreja Moçárabe de Lourosa associados às comemorações dos 1111 anos. Fico bastante contente porque outros Municípios fazem ponto de paragem e visitação na Igreja Moçárabe de Lourosa.

Muito obrigado Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo facto de mais uma vez ter acolhido e apoiado a nossa Feira Moçárabe.”

Em seguida foi dada a palavra à Tesoureira da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Dra. Ana Margarida Guilherme Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui porque estive neste mesmo sítio na reunião de vinte e nove de dezembro e vim reclamar obras que foram pedidas e negociadas e que não tinham sido feitas. Passados nove meses poucos avanços tivemos.

O nosso Executivo espera que até ao final do ano arranque o Cemitério e que se iniciem as medições para a calçada da Lajeosa há muitos anos prometida e até ao momento ainda nada feito.

Perguntar também ao Executivo se já tem algum avanço do estudo dos esgotos da rua D. Manuel I e se já está a concurso para poder informar a população.

Perguntar também porque é que os esgotos do Soitinho a obra terminou no ano passado mas até ao momento ainda não foram ligados.

A nossa União de Freguesias iniciou uma requalificação na praca do antigo tribunal, uma obra que começou no Executivo anterior com a Presidência do Sr. Prof. Alexandrino, uma casa devoluta que ardeu nos incêndios e decidimos recuperá-la e dignificar o antigo tribunal. Iniciámos essa obra no passado mês de junho e pedimos auxílio à Câmara Municipal no início de

fevereiro e foi-nos prometida a ajuda para essa obra. De momento avançámos com a obra e viemos pedir auxílio ao Executivo e foram negadas muitas das promessas que até ao momento tinham sido feitas. Tinham sido prometidas ajudas para uma obra de trinta mil euros e nós não temos verba e darem-nos nem para um terço da obra assim não conseguimos e nem vamos avançar.

Queria dizer que se fala aqui muito que antigamente se pedinchava à porta e eu sinto muito isso: Nós pedinchamos, somo ouvidos, somos atendidos mas depois a obra não avança, não temos o *feedback* positivo e não conseguimos concluir as nossas obras.

Fala-se aqui do CLDS e eu também quero referir o seguinte: Já conheço o CLDS há vinte anos, é um projeto muito importante que vai dinamizar os idosos, vai buscá-los às comunidades mais longínquas e aqui, isso, pelos vistos foi feito, e ainda bem, e que continue. Na nossa Freguesia não houve intervenção. Eu associo-me se o projeto avançar neste novo programa e queremos que as nossas Freguesias entrem no programa.

Preocupa-me outro assunto: É o assunto da saúde. A saúde dos meus fregueses e também a nível do Concelho. Há falta de médicos e temos cerca de dez mil pessoas sem médico de família. Sabemos que na segunda-feira vai abrir uma Unidade de Saúde Familiar onde estão a maioria dos médicos e restam-nos três médicos para integrar uma Unidade de Saúde Permanente que vai atender os seus doentes e os doentes que não têm médico de família. Vai ser uma resposta ineficiente e ineficaz. Vem aí o inverno e grande parte da população precisa de consultas e não há consultas. Gostaria de saber o que é que o Município pretende fazer para resolver esta situação?”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Duas notas prévias: A primeira nota é para saudar a chegada de novos alunos à ESTGOH, são mais de cento e cinquenta alunos, e é com agrado que os vemos chegar ao nosso Concelho pois serão certamente bem recebidos e são uma mais-valia para a nossa economia local.

A segunda nota vai para a aposta na colocação de desfibriladores em espaços Municipais. É uma boa iniciativa que saudamos e que aliás viemos aqui defender e propor em 2021, e para quem acusa a oposição de não ter ideias e propostas, ora aqui está um bom exemplo de que essas afirmações não passam de mera retórica política sem qualquer aderência à realidade. Não só temos propostas como também o Executivo as aproveita e ainda bem!

Posto isto, trago aqui hoje duas perguntas e uma nova proposta: A primeira pergunta está relacionada com a EXPOH, não para falar sobre as opções musicais porque cada um tem os seus gostos nem sobre os valores que são pagos às bandas porque isso não é do nosso campeonato mas, sim, sobre uma curiosidade referente ao valor pago pelo aluguer e montagem das tendas e barraquinhas que lá foram instaladas. E para o efeito consultámos o *site* da contratação pública on-line e no qual verificamos que existe um contrato que diz o seguinte: Aluguer, montagem e desmontagem da logística no âmbito da EXPOH no valor de cinquenta e dois mil euros. No ano passado foi pago sensivelmente o mesmo valor para este efeito. Em 2015, por exemplo, o Município pagou vinte e um mil euros. Ou seja, só nestes três anos foram pagos mais de cento e vinte mil euros nesta rubrica.

Portanto, vimos aqui questionar o Executivo se não valeria mais apostarem na compra das mesmas para poderem ser reutilizadas de ano para ano e também em outros eventos, como por exemplo a Feira do Queijo, em vez de andarmos todos os anos a gastar dinheiro do erário público com o seu aluguer? Sr. Presidente da Câmara Municipal gostaríamos de o ouvir sobre esta matéria.

Depois chamar também à atenção do Executivo sobre o mau estado do pavimento em algumas zonas da cidade e perguntar também como é que está o processo do protocolo de colaboração que foi assinado pelo Município e o Ministério da Saúde em 2018, e já lá vão uns aninhos, e que visava a criação de um consultório da saúde oral no Centro de Saúde. Foram lá investidos cerca de trinta mil euros na aquisição de equipamentos mas a verdade é que ninguém está a usufruir daquele espaço e serviço de saúde no nosso Concelho.

E por falar em saúde, e como a vinda do projeto revolucionário tarda em chegar, gostaria de terminar com um repto ao Executivo: São reconhecidas as dificuldades dos Munícipes no acesso a cuidados de saúde nos serviços públicos e, como tal, vimos aqui desafiar o Executivo a lançar um plano de saúde em parceria estratégica com o setor privado para todos os que cá vivem, em especial para aqueles com carências económicas e em particular para os nossos idosos. Este plano visa permitir o acesso dos Munícipes a consultas de especialidade com preços bonificados que incluiria por exemplo a medicina geral, a enfermagem, oftalmologia e incluindo também a medicina dentária.

Aqui fica mais esta ideia esperando que possa ser acolhida pelo Executivo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho que fez a seguinte intervenção:

“Recentemente saiu uma notícia no Diário de Notícias que li e que me parece importante partilhar: Oliveira do Hospital foi o quinto Concelho do País a captar mais fundos para combater o flagelo dos incêndios, das cheias, das inundações e das alterações climáticas. Mais de três milhões de euros.

Isto significa que infelizmente tivemos e sofremos prejuízos muito significativos, que as nossas terras e as nossas gentes foram seriamente atacadas, mas significa também audácia, capacidade e a competência do Executivo Municipal, nomeadamente do Sr. Presidente, para ir buscar estas verbas. Significa capacidade negocial, significa capacidade empreendedora e significa a capacidade de angariar e granjear respeito fora das fronteiras do nosso Concelho.

Consequência: Fica com isso demonstrado que temos a capacidade, que temos a sagacidade e a resiliência de levar este Concelho no caminho do progresso e do desenvolvimento.

E confesso-vos que quando pensei na intervenção de hoje era essencialmente isto que queria dizer mas, a propósito de uma intervenção do público, queria deixar-vos uma reflexão em tom propositadamente conciliatório: A democracia tem vários problemas, tem um problema de legitimidade, tem um problema de representatividade, tem um problema de pluralismo e tem muitas vezes um problema de governabilidade e tem também um grande problema que vem nos livros da ciência política há mais de mil e quinhentos anos e que é a falta de qualidade dos atores políticos e isto, meus caros amigos, não está a ir para melhor!

Os partidos, como todos sabemos, têm cada vez mais dificuldades em captar gente de qualidade para a política, seja pelo elevado escrutínio a que os políticos estão sujeitos, seja pela violência do debate político que muitas vezes está ao nível da rua, seja pela brutalidade e boçalidade com que as pessoas são tratadas pela baixa e desadequada remuneração que os principais partidos não resolvem, seja pelo tempo que rouba à família.

Com tudo isto a nossa política está pejada de gente menos capaz e isto é campo fértil para o populismo e para a demagogia.

O PSD é um partido estruturante na nossa democracia e ao abandonarem reuniões de Câmara rompendo com as mais elementares regras de sã convivência e debate democrático prestam um mau serviço à população e prestam um mau serviço ao debate político e, por isso, é de facto num tom

propositadamente conciliatório que apelo para que façam uma oposição construtiva, que venham ao debate, que venham à liça, que tragam ideias e que não saiam pela porta dos fundos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero congratular-me com o que se passou aqui, no dia dezoito de outubro, neste Salão Nobre com a assinatura da consignação do Centro de Alojamento Urgente e Temporário de Ervedal da Beira nas antigas escolas primárias e seguramente que a muito curto prazo será o início das obras naquelas antigas escolas primárias onde tanta gente por lá passou, como eu também passei e também o nosso Presidente da Assembleia Municipal. Metade daquela escola ardeu nos incêndios de 15 de outubro de 2017 e a Câmara Municipal da altura, presidida pelo Prof. José Carlos Alexandrino, através dos apoios para os prejuízos municipais conseguiu uma verba, como consegui outras para o Concelho, para pôr os telhados novos naquelas escolas, assim como arranjaram também as janelas, as portas e outros melhoramentos que lá foram feitos. Agora finalmente a obra tem um fim à vista e a obra irá começar. Portanto congratulo-me com o Sr. Presidente da Câmara Municipal por ter candidatado aquela escola porque foi uma forma de recuperar aquele imóvel e para que de uma vez por todas aquelas escolas fossem recuperadas.

Referir aqui um problema que mais uma vez temos na União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira: Temos uma Extensão de Saúde ótima desde 2018 que foi inaugurada. Em setembro de 2018 foi para lá um clínico mas da maneira como a situação hoje anda ele não esteve lá cinco anos e em setembro foi embora e, estamos sem médico, mais uma vez. Disseram-me que para setembro ou outubro haverá um concurso e vamos lá ver se vem algum médico, mas parece que não sou caso único no Concelho a reclamar a questão dos médicos, o certo é que os nossos doentes, que estão na ponta norte do Concelho, nem sempre conseguem consultas no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

Sr. Presidente da Câmara Municipal eu espero o seu empenhamento, eu sei que a situação não é fácil porque esta falta de médicos acontece a nível nacional mas temos que levantar o voz porque temos que ter médicos junto das populações.

A nossa Junta de Freguesia também se associou à questão do CLDS e acho que o projeto deveria continuar.

Para terminar quero também referir uma situação que já aqui foi falada anteriormente e que mais uma vez as pessoas questionam porque estamos no fim do verão e o inverno vem aí. As marcações da estrada Oliveira do Hospital/Nelas penso que terão de ser feitas porque em muitos sítios já não se veem as marcações.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Hoje já aqui assisti a uma coisa que parece que é moda, eventualmente será por osmose, e que é o abandono intempestivo de reuniões. Não sei se será uma questão de osmose, ou não, mas a verdade é que parece que está na moda e acho que é importante que se faça uma reflexão a propósito disso.

As eleições autárquicas ocorreram no dia vinte e seis de setembro de 2021, fez agora no dia vinte e seis dois anos, e o PS obteve seis mil seiscentos e setenta e sete votos, o que equivaleu a quatro mandatos, enquanto que o PSD obteve quatro mil e vinte e quatro votos, o equivalente a três mandatos. O PS conseguiu neste Órgão uma maioria absoluta. Tanto quanto me parece o nosso Município, bem assim como o nosso País, rege-se ainda pelos princípios da democracia, nomeadamente pelos princípios da democracia representativa, e todos aqueles que aqui estão, todos aqueles que são os atores políticos, seja no Órgão Câmara Municipal, seja no Órgão Assembleia Municipal, seja inclusivamente no Órgão Assembleias de Freguesia e Órgão Junta de Freguesia, têm que saber os princípios e as regras da democracia representativa.

Em função daqueles resultados e em função dessas regras e princípios da democracia representativa, de acordo com os resultados das eleições de há dois anos para o Órgão Câmara Municipal o PS governa e o PSD/CDS é oposição. Não se esqueçam disto! Convém mesmo que não se esqueçam disto!

Os cidadãos Oliveirenses elegeram a lista do PS, e deram-lhe um mandato para governar, e não elegeram o PSD e deram-lhe um mandato para fazer oposição e para ser um dos primeiros elementos de fiscalização do Executivo Municipal e fazendo parte dele.

Ora, já por duas vezes, e não estamos a falar de uma questão que seja única, os elementos do PSD no Executivo abandonaram reuniões da Câmara Municipal e digo PSD porque obviamente e tanto quanto nós conhecemos os elementos que estão no Executivo eleitos pela coligação PSD/CDS são do PSD,

portanto chamei-os sempre através do nome, duas reuniões em que se discutiam questões relevantes para o Concelho e foram abandonadas sem discussão e sem votação por parte dos elementos do PSD, alegadamente por o Executivo não agir de acordo com aquilo que era a vontade desses elementos.

Ora, meus Senhores, há que dar nomes às coisas e isto são tiques, são tiques ditatoriais, são tiques despóticos do tipo se não me passas a bola hoje eu vou para casa, levo a bola e o jogo acaba. Mas, meus Senhores, não é assim! Efetivamente não é assim porque por mais que façam isso o jogo não acaba. E não acaba porquê? Não acaba porque os donos do campo e os donos da bola não são os Senhores do PSD e são os cidadãos de Oliveira do Hospital que em vinte e seis de setembro de 2021 recusaram dar ao PSD quer o campo quer a bola e, por mais atitudes iguais a estas que possam eventualmente tomar, o jogo continua e vai continuar. O campo não é vosso, a bola não é vossa, e, por muito que vos custe, foi confiada a outros e têm que se conformar com isso. Em democracia, se há desacordo, discute-se e, se se mantém o desacordo, vota-se, e os democratas, ainda que não levem a sua avante, participam na discussão e votam e, se assim o entenderam, deixam registadas as razões do seu voto e do seu desacordo. Os democratas não fogem, os democratas não desertam. O PSD do Executivo Municipal fugiu e desertou. Abandonar as reuniões, por não concordar com a maioria, sem discutir, sem votar, não é política eticamente admissível e fazê-lo é não respeitar a democracia, é não respeitar o Concelho, é não respeitar os cidadãos de Oliveira do Hospital e não respeitar sequer quem votou em vós. Fazer o que fizeram é rejeitar sem mais os nomes propostos para serem homenageados no próximo Feriado Municipal e, não se vir, depois, apregoar o contrário em conferências de imprensa que mais não servem para tentar justificar o injustificável e para tentar fazer uma prova de vida quando é mais que evidente que se não estão mortos com certeza estão moribundos.

Auscultar os partidos com representação autárquica sobre potenciais homenageados no Feriado Municipal não é sectarismo ou partidarite. Sectarismo e partidarite é tentar impor nomes só porque sim. Sectarismo e partidarite é não ouvir quem quer que seja e apresentar os nomes para serem votados e, isso, sim, acontecia no Concelho e isto é sabido pelo menos por aqueles que fizeram parte da oposição nesses Executivos ainda que se tentem esquecer disso. Sectarismo e partidarite é aproveitar-se o dia do Concelho para fazer política rasteira quando se deve enaltecer nesse dia Oliveira do Hospital e os Oliveirenses. Os elementos do PSD do Executivo Municipal com o abandono das reuniões de Câmara Municipal já ocorridos abdicaram das suas

competências autárquicas, fugiram às suas responsabilidades políticas e definitivamente desbarataram as suas legitimidades e consciências democráticas não discutindo nem votando questões de extrema relevância para a vida do Concelho e dos seus cidadãos.

De salientar que na Ordem do Dia da última reunião que foi desertada havia, por exemplo, a discussão do Auto de Transferência de Competências para o Município de Oliveira do Hospital da questão da Saúde.

Por fim, desrespeitaram com a vossa conduta o Concelho, o Município e os homenageados do próximo dia sete de outubro. Efetivamente pela primeira vez pretendeu-se fazer uma escaramuça política com os nomes propostos e a entidade que os agracia e finalmente ainda tentaram puxar para a lama o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal obviamente que não precisa de mim para advogar a sua defesa mas há coisas que não me parecem que sejam discutíveis, primeiro porque é um homem honrado, segundo porque tem um percurso de mais de vinte anos na política ativa, percurso esse e currículo completamente limpo, não pede meças a quem quer que seja e nomeadamente a quem o ataca de forma grosseira e soez em matérias de lisura, transparência e honradez.

Termino dizendo que nem sequer a votação unânime nesta Câmara Municipal de todos os nomes propostos para serem homenageados limparão a má imagem e a figura triste que os elementos do PSD fizeram.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal o Sr. Vereador Rui Fernandes está a perguntar se lha dá a possibilidade de falar?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Já que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal me interpela e me desafia a autorizar o Vereador a falar obviamente que os meus princípios desde sempre e a minha postura, desde sempre, completamente democrática, completamente sem qualquer forma de sectarismo ou qualquer forma de rejeição de quem quer que seja do combate político, naturalmente que, perante o desafio que me foi colocado, autorizo o Vereador a usar da palavra. Obviamente que a minha postura não poderia ser outra perante o desafio.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Honestamente eu não queria e está-me a custar um bocado mas acho que há coisas que realmente ultrapassam e aquilo que o Sr. Deputado Rui Monteiro aqui disse há uns anos que nós temos que pôr uma carapaça e para além da carapaça nós temos a verticalidade e acima de tudo temos que ter respeito e o Senhor não teve respeito. Acima de qualquer valor há que ter respeito e o Senhor não teve respeito e, como o Senhor não teve respeito, senti-me na obrigação de vir aqui para lhe dizer duas coisas apenas: Ponto número um - Se quer ser esclarecido sobre o que se passou nas reuniões de Câmara o Senhor vai lá e pede esclarecimento. Aquilo que o Senhor veio fazer aqui foi apenas levantar uma mácula sobre a questão das medalhas.

Já fomos muito claros e não temos nada contra os nomes que foram apresentados, antes pelo contrário, e apenas e só tomámos uma medida que achávamos que deveríamos tomar. Temos perfeita consciência do que fizemos. Não somos nenhuns irresponsáveis nesse sentido.

Como o Senhor disse, e muito bem, o PS tem maioria e, por isso, nenhuma das medidas que estivesse ou nenhum dos argumentos que estivesse a usar sobre a aprovação, ou não, do que quer que fosse discutido naquela reunião estaria em causa. Por isso, e como têm a maioria, facilmente aprovavam.

Vou lembrá-lo de uma coisa a ata ainda não é pública e este ato que nós tomámos foi tornado público por um comunicado enviado pelo PS e obviamente fizemos uma conferência de imprensa porque sentimos a necessidade de esclarecer as coisas.

Doravante agradeço que o Senhor trate todas as pessoas com respeito como também o tratam aqui.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar-vos duas ou três notas antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às várias questões dos Senhores Deputados.

Primeiro quero dar os parabéns por todas as iniciativas que foram feitas neste verão pelas Juntas de Freguesia e pelas associações. O Concelho mostrou que tem uma dinâmica própria.

Depois, para que a imprensa não vá dizer que eu quero substituir o Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero dizer o seguinte: Há aqui um assunto que foi tocado que eu acho que é importante e penso que deveremos estar atentos e que eu também farei em colaboração com o Sr. Presidente da Câmara e que é uma coisa demasiado importante para o Concelho e que é o Contrato Local para o Desenvolvimento Social e abençoada a hora em que o entregámos à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral porque tem feito um trabalho fantástico. Este projeto faz as pessoas idosas felizes e não há preço que pague isso.

Penso que iremos ter uma terceira fase do Contrato Local para o Desenvolvimento Social porque não o podemos perder porque é um projeto muito interessante e eu também estou disponível para acompanhar em Lisboa dentro das funções que tenho e para o defender.

Sobre a área da Saúde dizer ainda o seguinte: Tenho que reconhecer o empenho do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque têm havido reuniões com o Sr. Ministro da Saúde numa tentativa de se minorarem os problemas. Na minha opinião a saúde é um setor muito importante. O IC6 é muito importante para o Concelho mas o setor da saúde ainda está à frente do IC6, sobretudo para as pessoas mais frágeis da nossa sociedade que não têm acesso aos cuidados de saúde que deveriam ter.

Estamos a trabalhar para tentar resolver, ou pelo menos minorar, aquilo que acontece em Oliveira do Hospital na área da saúde. Estes problemas não acontecem só em Oliveira do Hospital, como vocês percebem, e basta ver as notícias, porque a saúde é um problema de dimensão nacional e também não é só um problema do interior porque há pessoas em Lisboa a irem para as filas às quatro horas da manhã.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Vou responder ao conjunto de questões que foram colocadas e a primeira nota é a seguinte: Afinal o Concelho de Oliveira do Hospital mexe, o Concelho de Oliveira do Hospital tem atividade, está vivo e está dinâmico, tem iniciativas, tem eventos, mexe de norte a sul, há trabalho e organização das nossas comunidades, das nossas Juntas de Freguesia, das nossas associações, das nossas coletividades, há iniciativa, trabalho e organização da nossa comunidade, há muito trabalho. Para aqueles que dizem simplesmente mal, na existente política do bota-abaixo e puxar o Concelho para baixo mas felizmente

e louva-se o trabalho daqueles que puxam o Concelho para cima, que o elevam com dinamismo. Afinal há muita vida, há muita energia e saber fazer. Afinal há muito dinamismo e isto resulta de um conjunto de intervenções que ouvi aqui dos Srs. Presidentes de Junta e dos Srs. Deputados Municipais a elogiar um conjunto de iniciativas, de eventos e de atividades que se desenvolvem no Concelho de Oliveira do Hospital.

Estão todos de parabéns, os promotores, os organizadores e os dinamizadores. Continuem a contar com o Município de Oliveira do Hospital para apoiar essas iniciativas seja na componente de logística, seja na componente do apoio financeiro, seja no apoio dos serviços da Câmara Municipal, seja na promoção e divulgação.

Bem-haja àqueles que trabalham e que fazem avançar e teimam em elevar todos os dias o Concelho de Oliveira do Hospital enquanto outros se entretêm a fazer política do bota-abaixo, do diminuir e do achincalhar.

Relativamente a algumas das questões colocadas dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Rafael Dias, com o qual ainda recentemente reunimos devido à dinamização de atividades no domínio turístico e sendo a Freguesia de São Gião natural beneficiária das operações da Rede das Aldeias de Montanha e dizer-lhe que as opções para diminuir a sinistralidade não foi só na Av. António Afonso Amaral foi também noutras artérias e os dezasseis mil euros não foi só na Av. António Afonso Amaral foi para implementar em outras artérias. E dizer-lhe que pode criticar se a solução é boa ou menos boa porque não acredito que diga que é má mas há precisamente outros autarcas de freguesia que solicitam intervenções semelhantes aquelas para precisamente mitigar os efeitos da velocidade e tornar determinados troços e determinadas vias mais seguras dentro das localidades.

Portanto, se assim é, e como a solução foi validada, quer pelas Infraestruturas de Portugal, quer pelos serviços técnicos, naturalmente que a solução parece-nos boa.

Também dizer que o acidente que lá ocorreu nada teve a ver com os equipamentos que lá foram colocados. Foi um normal acidente de alguém que trava e alguém que bate por trás e, por isso, não teve nada a ver com esta nova solução de redução da velocidade.

Dizer também o seguinte: Os rails na estrada de Rio de Mel serão para colocar.

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira assinalou aqui uma evidência com a necessidade de reforçar a sinalização

horizontal na estrada Oliveira do Hospital/Lagares/Ervedal/Felgueira Velha e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião solicitou uma intervenção nos railes de Rio de Mel, outros solicitaram intervenção no Caminho das Eiras, outros congratulam-se pela realização da ligação Chão Sobral/Quinta das Tapadas, outros solicitam essa ligação a Alvôco das Várzeas. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques, não quer que o Pinheirinho seja a terra do volta a trás.

Portanto, as solicitações são várias e nós fazemos o nosso trabalho de avaliação e fazemos o nosso trabalho de execução dos respetivos projetos e das estimativas orçamentais e temos que fazer isto gradualmente porque é essa a nossa forma de trabalhar.

Mas tenho que dar aqui uma nota: O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião fala sempre em Rio de Mel mas faça uma menção pelo menos uma vez ao investimento de seiscentos mil euros que está a ser feito numa aldeia onde habitam sessenta habitantes. Reivindique os railes porque a democracia é isto, e a relação entre os Srs. Presidentes de Junta e o Executivo é esta, e é assim e é feita de diálogo e de confronto e não há drama!

Mas faça também referência que se iniciou no anterior mandato, sob a égide da APdSE, um investimento de seiscentos mil euros em Rio de Mel e até podia fazer a intervenção assim: Apesar do investimento de seiscentos mil euros em Rio de Mel ponha lá os railes.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião esquece-se sempre desse pormenor habilidosamente, como a gente sabe!

Relativamente à intervenção sobre a beneficiação da Rede Viária Florestal dizer com base nos dados oficiais, dados do Gabinete Técnico Florestal, o seguinte: São Gião teve duas a três semanas de máquinas. Se pensar, duas a três semanas de máquinas e se multiplicar pelas várias Freguesias, não me parece que seja de somenos importância e São Gião tem 10,22 Kms de beneficiação da Rede Viária Florestal realizada pelo Gabinete Técnico Florestal no âmbito da defesa da floresta e combate a incêndios. Aliás, São Gião está no top-3 das Freguesias com mais intervenções, num total de 140,18 Kms adjudicados a uma empresa, no valor de quarenta e dois mil cento e quinze euros, e a Câmara Municipal fez 92 Kms de faixas de gestão e combustível, o que dá um total de 232,18 Kms de faixas de gestão de combustíveis.

Com 10,22 Kms de beneficiação da Rede Viária Florestal em São Gião não creio que haja abandono. Eu sei que é preciso mais, mas também sabem, e já agora aproveito para fazer um apelo, neste momento temos uma

Motoniveladora que precisa de um operador e andamos no mercado à procura de um operador de Motoniveladora para a colocar a trabalhar, o que nos pouparia ter que fazer a contratação de serviços externos. Estes profissionais são necessários para manusearem estes equipamentos que são fundamentais.

Relativamente à questão da verba que aludiu, eu pedi esclarecimentos ao Sr. Coordenador do Gabinete das Freguesias, e a verba é habitualmente paga de forma faseada em junho e outubro. A verba está aprovada e está cabimentada e se tiver necessidade faz-se um adiantamento que também já foi solicitado por vezes por algumas Freguesias.

Relativamente à questão que colocou sobre a compensação da recolha dos resíduos sólidos urbanos é verdade que não deveria ser em setembro e devia ser em junho e humildemente e democraticamente tem que ser paga em junho, e fica já aqui a nota, e temos que a planear para junho. É verdade que eu disse que ia ser pago em junho mas infelizmente foi pago em setembro, quando não devia ter sido, e as mesmas condições que permitiram o pagamento em setembro eram as mesmas condições que tínhamos para ser pago em junho.

E outra questão que já aqui adianto: Também reconheço que tem de haver algumas correções e ajustamentos aos valores, e fica aqui esta nota, e também já discuti essa questão, é uma questão que vamos também analisar em sede de Executivo precisamente para haver uma correção e ajustamento porque o diálogo que tem havido com a Associação de Municípios do Planalto Beirão relativamente à compensação não tem sido produtivo porque se é para a Associação de Municípios do Planalto Beirão realizar ou compensar financeiramente na fatura esses serviços para depois nos serem debitados mais à frente, não vale a pena. Então vale a pena que nos entendamos entre nós para fazermos um justo e equilibrado pagamento às Juntas de Freguesia.

Foi aqui referida, por vários Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia, a questão das intempéries, e reporto-me a uma intervenção do Sr. Presidente de Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho. De facto o Município viu aprovados cerca de dois milhões e oitocentos mil euros, o que dará com IVA os tais três milhões que o Dr. João Ramalheite aqui referiu.

Neste momento já tivemos uma primeira reunião com a CCDR precisamente para planear o arranque dessas intervenções. Uma delas já foi feita, porque foi feita e urgência, foi feita uma intervenção em Travanca de Lagos devido ao aluimento da estrada. Estamos em processo de conclusão do projeto do escoramento da estrada Avô/Pomares, que é outro dos projetos a

arrancar e os outros irão arrancar faseadamente. Também obviamente nessa reunião foi adiantado que nos seria feito um adiantamento por parte da DGAL, que é quem faz as transferências neste domínio, para podermos avançar com as operações de reabilitação em resultado das intempéries e para conseguirmos executar estes três milhões de obra que é um elevado peso no Orçamento Municipal. Com o volume de investimento e com o peso da inflação nomeadamente naquilo que são as empreitadas naturalmente que isto pesa e faz elevada pressão sobre o Orçamento Municipal.

Sobre o CLDS dizer três coisas essenciais: A Câmara Municipal já teve oportunidade de se pronunciar, louvar e reconhecer publicamente a equipa, as entidades de suporte e todas as coletividades que ajudaram ao grande sucesso do projeto. Ainda assim quero aqui esclarecer o seguinte: Quero aqui dar os parabéns e dar o público reconhecimento a toda a equipa multidisciplinar. O município é o promotor do projeto mas a entidade executora é a Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral que fez um excelente trabalho. A equipa multidisciplinar e a Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral fizeram um grande trabalho ao agregar ao projeto do Contrato Local de Desenvolvimento Social um conjunto de coletividades que fizeram irradiar o projeto por todo o Concelho. Mas o projeto foi um sucesso porque teve a adesão das pessoas, a participação das pessoas, a alegria das pessoas, a alegria que permite o tal envelhecimento ativo e saudável, a alegria que permite retardar esse mesmo envelhecimento pela partilha, pela visita, pela estimulação cognitiva, pelos jogos, pelas partilhas de saber. Há aqui um trabalho de excelência que foi feito e que deve ser reconhecido e ainda bem que foi reconhecido por esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal também já o fez.

Sobre o futuro, obviamente que todos nós, depois de um CLDS-4G queremos um CLDS-5G. Naturalmente que quando estiverem as candidaturas abertas, e isto nem é novidade, o Município de Oliveira do Hospital, se for elegível, naturalmente que se candidata como sempre se candidatou. Houve um tempo em que o Município de Oliveira do Hospital se candidatou e teve um CLDS, e depois acabou o CLDS, e depois veio um CLDS-2G mas o Município de Oliveira do Hospital foi riscado dos Municípios elegíveis, e depois houve um CLDS-3G e curiosamente nessa altura foi também riscado, mas depois mudou a política e o Governo em Portugal e o Município de Oliveira do Hospital já passou a ser elegível no CLDS-4G e eu espero que continue a ser elegível e têm aqui uma voz ativa e que se faz ouvir relativamente a esta matéria, que é uma

matéria ao nível da Ação Social e ao nível dos contratos locais de instrumentos comunitários financiados pelo Fundo Social Europeu.

Aproveito para informar que o Município de Oliveira do Hospital entretanto já se candidatou a um novo programa de dinamização comunitário chamado Radar Social. Já apresentámos a nossa candidatura. Este programa não é o substituto do CLDS-4G, não é o substituto do CLDS-5G mas a verdade é que abriu o aviso de concurso, no âmbito do PRR, para o Radar Social, o Município de Oliveira do Hospital era legível e fez a sua candidatura, e cá estaremos para trabalhar e para lutar para que ela seja aprovada. O programa, o plano de ação e o tipo de missão que lhe cabe temos as competências técnicas capazes para desenvolver esse mesmo programa. Contem com isso!

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Luís Nina, dizer o seguinte: A Freguesia de Nogueira do Cravo é a segunda maior Freguesia do Concelho de Oliveira do Hospital. Portanto as intervenções e as obras vão continuar.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, relativamente às questões sobre saneamento já tive oportunidade de lhe dizer que vamos reunir com a equipa técnica da APdSE, e isto é válido para outras situações que foram aqui relatadas relativamente a problemas que há em algumas infraestruturas, ou algumas infraestruturas que estando concluídas e ainda não estão ligadas, e dizer duas coisas: Vamos ter uma reunião com os técnicos da APdSE para resolver aquilo que tem de ser resolvido.

E também dizer o seguinte: Neste momento, porque foram aqui feitas algumas questões relativamente à extensão de esgotos: Há um plano de investimentos aprovados na APdSE, estamos a preparar o plano de ação e o plano de candidaturas, o conjunto de projetos de execução, projetos de engenharia, para candidatar ao Ciclo Urbano da Água onde está também a Rua D. Manuel I.

E sobre a questão que aqui trouxe, quero dizer à Tesoureira da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Dra. Margarida, que o Presidente da Câmara Municipal não rejeita apoio a nenhuma Freguesia. A Junta de Freguesia entendeu reunir com o Gabinete de Apoio às Freguesias e eu não vejo mal nenhum nisso. O Sr. Presidente da Câmara Municipal tem um compromisso relativamente ao cemitério e é para avançar e para apoiar.

Sabe que precisa de validação dos terrenos por parte da CCDR. Eu disse numa reunião ao Sr. Presidente da Junta que estávamos disponíveis para ajudar. O Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São

Sebastião da Feira, pediu uma reunião relativamente ao cemitério de Penalva de Alva e apresentou o problema e apresentou o plano de investimento.

Se precisam da colaboração ativa do Sr. Presidente da Câmara Municipal então disponham e vamos à CCDR e dialogamos com as pessoas. Na validação da tipologia de terreno falta o parecer da CCDR, tem que ser o promotor da obra a pedi-lo, tem que ser o Presidente da Junta de Freguesia, mas, se precisam do meu apoio, disponham porque eu estou sempre disponível e vou onde for preciso.

Relativamente à intervenção no antigo tribunal o compromisso da Câmara Municipal está assumido e está claro relativamente às nossas obrigações e ainda recentemente houve aqui uma reunião com o Gabinete de Apoio às Freguesias e eu acho que têm de trocar mais informação entre vós porque se há um compromisso para apoiar num conjunto de investimentos esse compromisso vai ser cumprido obviamente. Foi sua opção dizer que o Presidente da Câmara Municipal não cumpre mas eu nunca lhe neguei em qualquer circunstância nem em nenhum contexto apoio e o tempo vai demonstrar a veracidade das minhas palavras.

Relativamente à questão da saúde dizer o seguinte: Foi aqui dito que há dez mil utentes sem médico de família, o que não é verdade. Eu digo que não é verdade porque eu tive uma reunião com o Sr. Diretor do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte sobre o estado da saúde e aquilo que me disse foi que estão seis mil trezentos e noventa utentes sem médico de família, são os dados oficiais que me foram transmitidos. A Dra. Margarida falou aqui em dez mil utentes e eu não sei qual é a sua fonte.

Também dizer que me foi comunicado que vai avançar a USF e eu não mando no Centro de Saúde. A transferência de competências para a Câmara Municipal no domínio da saúde prende-se com o conjunto de edifícios, com os Assistentes Operacionais e com o pagar as despesas de funcionamento. A Câmara Municipal não tem nada a ver com a contratação de médicos, nem tem nada a ver com a contratação de enfermeiros, nem tem nada a ver com a contratação de pessoal especializado, nem tem nada a ver com a gestão de Assistentes Técnicos, como sabe, e, ainda assim, a Câmara Municipal em diálogo, e eu agora quero dar aqui uma palavra pública de apreço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que também é Deputado, de facto em 2023 pelo menos três as reuniões com o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Manuel Pizarro, relativamente à saúde em Oliveira do Hospital e andamos a trabalhar numa solução para dar médico de família aos cidadãos de Oliveira do Hospital.

A criação da USF é uma opção da organização do Centro de Saúde mas acrescento que estão pedidas e consideradas quatro vagas para Oliveira do Hospital e foi-me dito, no dia em o Sr. Diretor do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior me disse que estavam seis mil trezentos e noventa utentes sem médico de família, que está a negociar com dois médicos para reforçar a equipa que não fica dentro da USF.

Agora, perante os problemas dos cidadãos e perante as interpelações dos cidadãos eu não fico a pensar nelas, eu falo com as pessoas, eu vou à luta e exijo e dialogo, e faço-o com sentido de missão, e foi para isso que fui eleito, porque defender Oliveira do Hospital também é defender a saúde dos Oliveirenses e, por isso, tem sido incessante com a ARS, com o Sr. Ministro da Saúde, o reforço do número de vagas para Oliveira do Hospital, e foram consideradas quatro para Oliveira do Hospital, e foi aquilo que me foi transmitido. E, mais, neste momento estão a ser negociados dois médicos para reforçar a equipa que não integra a USF.

Mas também fazemos mais e estamos neste momento a preparar um Regulamento de Incentivos para atrair médicos e para criar condições para a vinda de médicos para Oliveira do Hospital. Ou seja, estamos a pôr o Orçamento Municipal ao serviço da saúde para captar mais médicos de família para Oliveira do Hospital.

E a propósito de projectos revolucionários na área da saúde, dizer o seguinte: Que grande projecto revolucionário nós precisámos no tempo do Governo do PSD, quando tínhamos dezasseis mil utentes sem médico de família, e, nessa altura, era preciso um projecto revolucionário, e houve alguém que se bateu por ele, o então Presidente José Carlos Alexandrino e eu como Vereador que o acompanhei também nessa matéria. Nessa altura foi de facto preciso um projecto revolucionário mas, aqueles que agora vêm aqui falar de projectos revolucionários, nessa altura, porque era no tempo do Governo do PSD, e havia dezasseis mil utentes sem médico de família, calaram-se e nada disseram e foram cúmplices. Isto é partidarite ou sectarismo? Nessa altura nada disseram sobre o projecto revolucionário nem sobre os dezasseis mil utentes sem médico de família. Outros tempos, outras palavras!

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, que entretanto desviei-me daquilo que lhe dizia, neste momento na sua Freguesia, para além das intervenções na área do saneamento, etc, etc, estamos a investir cem mil euros no Pavilhão da Liga para requalificar aquele equipamento desportivo e criar um novo equipamento desportivo ao serviço da Rede de

Equipamentos Desportivos no Concelho. É importante que assim seja. Implicou um contrato-programa com o Governo e implicou um apoio financeiro direto do Município de Oliveira do Hospital, no valor de cinquenta mil euros, e os outros cinquenta mil euros foram comparticipados por contrato-programa do Governo da República Portuguesa, conforme indica de forma clara e transparente a placa que identifica o investimento no Parque de São Tiago que com certeza já viu.

Outra obra, a estrada do Chão Sobral, de facto há muito ansiada e finalmente em 2023 é uma realidade. O Chão Sobral passou a ter uma ligação. Outras terão que ser feitas, obviamente, haja disponibilidade orçamental, haja capacidade financeira e vamos fazer aquilo que for possível. Nunca recuámos perante as adversidades e as dificuldades e entre o rigor financeiro e a capacidade de realizar obra saberemos dar resposta por prioridades. Esta obra está concluída e é uma obra que está na ordem dos duzentos e sessenta mil euros, é uma obra que liga Aldeias das Dez a Alvôco das Várzeas e liga Chão Sobral à Quinta das Tapadas, tínhamos condições para a desenvolver e para a prolongar e queremos transformá-la numa via panorâmica, uma via turística, porque de facto a visão que se tem sobre a Serra da Estrela, sobre a Serra do Açôr, o Monte do Colcorinho e o Vale do Alvôco merece que aquela estrada, com um miradouro e com dois leitores de paisagem, seja transformada numa via panorâmica com elevado potencial turístico. Inclusivamente já assinalei junto das Aldeias do Xisto e junto das Aldeias de Montanha para nos ajudarem a dar visibilidade, notoriedade, àquela estrada.

Podem achar que é pouco mas todos os visitantes que lá passarem passarão no nosso território, passarão no nosso Concelho e descobrem Oliveira do Hospital e, com certeza, alguns recursos deixarão no Concelho.

Foram aqui feitas alusões à intervenção feita no Pavilhão: É requalificar faseadamente um equipamento desportivo nomeadamente o pavimento dando-lhe melhores condições para a prática do hóquei em patins e todos os desportos que se lá praticam mas também os desfibrilhadores por razões de segurança e por razões de saúde.

Mas também dizer-vos que está praticamente concluído o projecto das Piscinas Municipais, que também tem um suporte de um contrato-programa com o Governo para fazermos a primeira fase da intervenção, e estamos a trabalhar no âmbito do DUAL-Quadro Comunitário do Portugal 2030 para conseguir avançar com a segunda fase para a conclusão da intervenção nas Piscinas Municipais.

Esse é o nosso compromisso, esse é o trabalho a que nos dedicamos de forma organizada e afincada e, sobre isso, não tenham dúvidas!

Dar também uma nota relativamente ao Voto de Louvor a todos aqueles que estiveram envolvidos na grande jornada que foram as Jornadas Mundiais da Juventude. A boa colaboração dos cidadãos, a boa organização da equipa, a participação das Juntas de Freguesia, a dinâmica que irradiou por todas as Freguesias, o grande sucesso que foram as Jornadas Mundiais da Juventude, na sua preparação em Oliveira do Hospital, nas suas realizações em Oliveira do Hospital e na excelente participação e dinamismo que Oliveira do Hospital também puxou e levou até Lisboa e digo-o numa lógica de prestação de contas obviamente também de acordo com o solicitado à Câmara Municipal.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, dizer o seguinte: De facto fizemos um investimento, como disse, na ordem dos cento e vinte mil euros no Canil/Gatil Municipal e, de facto, ele está lotado, porque criou-se um fenómeno e de repente aparecem cães e gatos em Oliveira do Hospital, e depois o Sr. Vereador é sistematicamente interpelado com questões que manda para os serviços, e basicamente um equipamento novo, e um investimento que teve financiamento do Fundo Ambiental através do ICNF de trinta e sete mil euros e o restante foi investido pelo Município no âmbito do bem-estar animal e as novas obrigações que temos de ter perante a Lei, de facto ele está lotado. Mas obviamente que o Sr. Vereador e a equipa, nas situações urgentes e complexas, tem tido uma forma bastante criativa e com bastante afinco, resolvido todos os problemas. E dar aqui uma palavra também de reconhecimento público à equipa que trabalha no Canil/Gatil, desde o Veterinário Municipal ao Enfermeiro Veterinário e a toda a equipa que trabalha na higienização e a cuidar dos animais e que fazem um trabalho profissional e com afeto, gostam do que fazem e têm orgulho no que fazem.

E, mais, o Município investe simultaneamente num programa de esterilização dos animais e também temos um programa de adoção de cães e gatos que tem sido um sucesso. O problema é que há menos adoções do que novas entregas e, isto, obviamente tem criado problemas no Canil/Gatil.

Relativamente ao Canil Intermunicipal que esteve projectado, dado o volume de apoios, na altura, ele acabou por não avançar. Era um Canil de carácter Intermunicipal, e creio que ficava localizado em Arganil, e acabou por não avançar, e Oliveira do Hospital avançou com um investimento do Município, na ordem dos cento e vinte mil euros, e criou o seu Canil/Gatil e

depois por obra mágica começam a aparecer muitos cães nas imediações de Oliveira do Hospital, e nós temos já a análise do fenómeno, o Canil é bom, tem excelentes condições, trabalha bem e depois aparecem muitos cães que ocupam aquele espaço.

Naturalmente, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, venha essa Feira do Porco e do Enchido, venha com força, o Município sempre apoiou e vai continuar a apoiar, conte naturalmente connosco para trabalharmos na componente do plano de comunicação, etc, e discutir o programa, se assim entender. A Feira do Porco e do Enchido é uma marca, tem uma grande projecção e de facto estamos disponíveis para quando quiser, e já lhe disse isso, e sempre que nos encontramos falamos na Feira do Porco e do Enchido.

Naturalmente também me quero aqui congratular com o sucesso que foram as Festas das Vindimas, em Lagares da Beira, e agradecer à sua organização, à Festa do Pão, Bolos e Bôlas, no Seixo da Beira, e a sua organização, infelizmente não pude estar presente e peço de empréstimo as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, porque compreendam foram aqueles cinco dias que ofereci a mim mesmo e à minha família de férias. Referir também o sucesso da Festa das Sopas, em Santa Ovaia, mas também vem aí a breve trecho a Festa da Castanha, de Aldeia das Dez, também um evento marca do Concelho, do Vale do Alva, da Rede das Aldeias do xisto, e também saudar o bonito concerto do Quarteto da Maria João Pires, realizado na Igreja Matriz, devia ter sido na Casa da Memória no Solar Pina Ferraz. Foi um espectáculo de dimensão nacional de alta categoria, com a Igreja Matriz de Aldeia das Dez cheia. Foi um espectáculo excelente apesar do constrangimento e dos condicionamentos no acesso a Aldeias das Dez por via da intervenção na Ponte das Três entradas e, digo mais uma vez, não precisam de agradecer a obra à Câmara Municipal porque a obra é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal que diagnosticaram fragilidades na ponte e resolveram intervir e recuperar a ponte. Esteve lá um engenheiro inglês a apreciar a intervenção e fez os mais rasgados elogios à qualidade dos trabalhos que estão a ser feitos e acresce o facto de que os trabalhos estão a ser feitos por uma empresa do Concelho de Oliveira do Hospital o que é positivo.

Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Cátia Alves, dizer-lhe que o Caminho das Eiras e como outros estão sinalizados nos prejuízos municipais. Portanto, é para executar também, bem como outras, e têm participação de 60 % e o Município terá que assegurar 40 % dessas intervenções.

Naturalmente que também agradeço as palavras da Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, Margarida Claro, que teve que se ausentar porque tem a reunião da Assembleia de Freguesia, por mais uma intervenção, mais uma obra. Diversificar o investimento, descentralizar o investimento do Município nas Freguesias, o contrato-programa que levou à realização da obra, no Seixo da Beira, do relvado. A intervenção do Grupo Juvenil no apoio às crianças é um trabalho fantástico.

Também dar conta que consignamos as obras da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário- BNAUT que vai permitir a recuperação e a conservação de quatro edifícios: Dois apartamentos de transição, nas Seixas da Beira, a recuperação da Escola Primária do Ervedal da Beira e a conservação da Escola Primária de Travanca de Lagos. São novecentos mil euros de investimento que vão permitir alojar trinta e cinco pessoas.

Mas temos mais: Temos a Estratégia Local de Habitação, no âmbito do 1º. Direito, que vai permitir recuperar várias habitações em várias Freguesias. Investimento descentralizado nas Freguesias, obra nas Freguesias; Para além do programa de Habitação a Custos Controlados que estamos a desenvolver os respectivos procedimentos.

Dizer também ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, José Carlos Marques, que temos que assinalar com dignidade, antes do final do ano, os mil cento e onze anos da Igreja Moçárabe de Lourosa, que é um monumento que de facto hoje não há nenhum monumento em Oliveira do Hospital que comemore mil cento e onze anos e temos que o assinalar, temos que deixar ali um memorial evocativo que aquele monumento tem esta data mágica de mil cento e onze anos e é anterior à nacionalidade Portuguesa, e naturalmente que temos que preparar a próxima Feira Moçárabe. A Feira Moçárabe deste ano foi esmerada na organização, na encenação de todo o espaço, na decoração do espaço, uma Freguesia inteira unida à volta da Feira Moçárabe. A Feira Moçárabe de Lourosa é uma marca, é claramente distintiva, e estaremos presentes também na décima edição porque de facto a festa tem crescido com dignidade e de facto tem um monumento único em Portugal, aquela Igreja Moçárabe com mil cento e onze anos.

O Portugal de Lés-a-Lés deu uma grande visibilidade à Feira Moçárabe, os turistas da vizinha Espanha mais a vão projectar, e temos que trabalhar a componente de promoção no âmbito daquilo que vão ser os Produtos Turísticos Integrados dos programas da CIM para dar visibilidade e notoriedade àquele Monumento Nacional.

Sr. Eng.º Rafael Costa, com todo o respeito vou dizer-lhe o seguinte: O custo das tendas, na tal plataforma que andou a consultar, e disse aqui um valor errado. Em 2019, o valor da contratação foi de quarenta e três mil setecentos e oitenta euros; Em 2022, foi de cinquenta e quatro mil euros e este ano, em 2023, desceram para cinquenta e dois mil euros. Com certeza que reparou nesta baixa de custos e também deve perceber que se passaram de quarenta e três mil setecentos e oitenta euros para cinquenta e dois mil euros, de 2019 para 2023, e com certeza que já deve ter ouvido falar do fenómeno da inflação no aluguer ou aquisição de bens e serviços e neste caso de equipamentos, mas tem uma coisa boa, viu-a na plataforma pública de contratação pública e para lá estar é porque cumpriu com os requisitos de contratação pública. Pelo menos deve reconhecer isso!

Espero que não me acusem de ser autoritário ou arrogante porque eu respondo a todas as perguntas. Depois interrompem-me e fazem segunda pergunta.

A opção pelo aluguer das tendas tem sido uma opção política e a aquisição é uma hipótese a equacionar mas o Senhor pôs em causa os números que estão numa plataforma pública de contratação pública e disse os números mal e omitiu que o valor baixou de cinquenta e quatro mil euros para cinquenta e dois mil euros mas falou no valor de quarenta e três mil euros. O Senhor lançou a insinuação. Nós somos aqui todos sérios mas permita-me dizer-lhe que sou sério e faço o meu trabalho de forma empenhada.

Espero que tenha respondido a todas as vossas questões. O papel do Executivo é prestar aqui contas, é isso que fazemos, e façam as perguntas que quiserem porque eu explicarei e aquilo que no momento não tiver na minha posse eu farei chegar aos Senhores Deputados porque o nosso papel é trabalhar para resolver problemas, trabalhar para fazer avançar o Concelho de Oliveira do Hospital. Contem com o Executivo em permanência de maioria Socialista para isso!”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Estive a analisar a situação financeira das GOP e o que eu reparo aqui é uma Taxa de Execução lamentável. Falam em trabalho e trabalho mas o que os números ditam não é esse trabalho: Temos aqui na Educação e Formação Profissional 33 %; Na Cultura e no Desporto, e já ouvi aqui várias intervenções

a dizerem que no nosso Concelho no que toca a Cultura e Desporto que é o melhor que há, temos 14 % de Taxa de Execução; Na Família, Solidariedade e Ação Social temos 15 % de Taxa de Execução.

Portanto, o que eu quero dizer é que relativamente à Taxa de Execução das GOP, na globalidade, não chegou aos 30 %.

Referindo-se este balancete ao mês de agosto o que implica que no final do ano chegaremos a uma Taxa de Execução média de 45 %, o que eu acho que é demasiado baixa para aquilo que eram as expectativas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Eu pensei que o Sr. Deputado João Brito se ia referir ao bom desempenho, ao rigor das contas e à boa condição financeira da Câmara Municipal que nos permite executar obra, mas, não o fez, porque isso seria elogiar o Município e elogiar o Executivo, mas como não está cá para elogiar o Executivo agarrou-se à Taxa de Execução.

É importante dizer que o Município de Oliveira do Hospital, entre obras cofinanciadas e obras exclusivamente financiadas pelo Orçamento Municipal, em 2022 e 2023, investiu sete milhões de euros do qual já arrecadámos mais de três milhões de euros em participações comunitárias e outras ainda estão para ser transferidas. E, nesse domínio, um milhão e duzentos mil euros foram de trabalhos complementares e revisões extraordinárias de preços e o Município tem dito sempre presente e tem uma condição financeira gerida com rigor e equilíbrio para continuar a realizar obra. E, mais, temos um projeto aprovado para financiamento da remodelação do Centro de Saúde com dois milhões e trezentos mil euros, e vamos avançar com ele, e vamos avançar também com todos os investimentos que temos no PRR e, para isso, é preciso capacidade financeira.

Também seria bom, para além de estar a avaliar a Taxa de Execução das GOP, avaliar esta capacidade que temos de aprovar projetos, captar fundos e executar esses mesmos projetos.

Eu repito o número: Sete milhões de euros de investimento, com um milhão e duzentos mil euros de revisão de preços e trabalhos complementares e a captação de mais de três milhões de euros de participação sobre o investimento feito.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2023.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Vou apresentar os nomes e a metodologia: Eu sou do tempo, quando eu estava na oposição, em que o Presidente da Câmara Municipal apresentava os nomes e os Membros do Executivo votavam-nos a favor, contra ou pela abstenção, e felizmente votei sempre favoravelmente todos os nomes. Desde janeiro de 2002 que vim em regime de substituição para a Câmara Municipal sempre foi assim.

Com os Executivos do Prof. José Carlos Alexandrino optámos pelo princípio da participação, pelo princípio da audição dos partidos com assento na Assembleia Municipal e quando começámos com esse princípio da auscultação dos partidos com assento na Assembleia Municipal foi precisamente para negar e acabar com riscos de sectarismos e com partidarites.

Aquilo que antes era feito, era apresentarem-nos os nomes em reunião de Câmara Municipal, no âmbito do Regulamento dos Títulos Honoríficos, e votávamos.

Aquilo que iniciámos há uns anos, em 2009, e continuamos, é ouvir os partidos. Ouvimos o PSD, ouvimos o PCP, não pudemos ouvir o CDS por impossibilidade mas fiz uma reunião telefónica com o Presidente da Concelhia, o Dr. João Duarte. Ouvimos e apresentámos as nossas propostas e elas foram levadas ao Executivo Municipal com um princípio democrático e um princípio de olhar para estas pessoas e estas entidades com o reconhecimento do que fazem pela sua comunidade.

Por isso, o Presidente da Câmara Municipal propôs ao Executivo Municipal o nome do Sr. António da Costa, homenageando nele a figura do voluntário, a figura do cuidador informal e também reconhecendo o estatuto do cuidador informal que o Estado Português implementou, e temos aqui um homem exemplar nesse domínio por aquilo que solidariamente ao longo de anos tem feito para ajudar os seus semelhantes, mas também pela sua participação solidária em várias instituições como dirigente e como dinamizador e como homem abnegado que se entrega às causas de ajudar o próximo, o voluntário, o cuidador, o homem solidário.

Apresentámos também a entidade Café Portugal, um café histórico de Portugal e esta medalha já era para ter sido atribuída há dois anos, na comemoração dos seus oitenta anos. O espaço Café Portugal ganhou o estatuto de café histórico, é um espaço de tertúlia, é um espaço de história da vida comunitária de Oliveira do Hospital e vai ser homenageado agraciando e reconhecendo as sucessivas gerações que criaram naquele espaço um espaço de debate, um espaço de confronto de opiniões, um espaço de convívio, um espaço de referência daquilo que é o espaço da então Vila de Oliveira do Hospital e aquilo que é hoje a vitalidade da Cidade de Oliveira do Hospital.

Portanto, vamos homenagear, se for assim o entendimento e a aprovação da Assembleia Municipal, o Café Portugal e as sucessivas gerações que o dinamizaram.

Vamos também homenagear Manuel Francisco da Costa, regente agrícola, esteve nos movimentos estudantis do ano de 1961, esteve no combate pela democracia, foi Governador Civil de Beja, esteve na Assembleia Constituinte, é um democrata e um homem que emprestou o seu saber à causa da agricultura, esteve envolvido numa série de projetos de modernização agrícola de toda a região desde a serra até ao mar, uma figura que vive no Concelho de Oliveira do Hospital, nomeadamente na Felgueira Velha, um homem que tem um vasto currículo, um histórico do rãguebi em Portugal, um homem de firmes valores e um homem dedicado à defesa do mundo rural e da agricultura e que esteve ligado ao projeto pioneiro, por exemplo, do emparcelamento, que é hoje um sucesso do Baixo Mondego.

Vamos também homenagear a empresa Quinta de Jugais, uma empresa criada em 2001 pelos irmãos António e Pedro Martins, e que hoje é uma referência em Oliveira do Hospital, uma empresa com presença em Portugal, em Angola e em Moçambique, uma empresa que de facto tem um grande dinamismo e tem um enorme volume de negócios, sessenta e cinco milhões de euros, em 2022, conforme é público. Uma empresa que tem cento e dez colaboradores e mais duzentos colaboradores em trabalho temporário. Uma empresa que leva o nome de Oliveira do Hospital e dos produtos locais de qualidade de Portugal para todo o mundo.

Vamos também homenagear o Sr. Jorge Manuel da Silva Mogo, empresário de São Paio de Gramaços, benemérito, proprietário da empresa Tecidos de Coimbra. Um homem de grande solidariedade que apoia todo o tipo de instituições, patrocinador desportivo, apoiante de instituições de solidariedade social em várias iniciativas de vária índole e também um homem

ativo e participativo na vida da sua comunidade. São várias as instituições que conhecem a generosidade e a postura cívica e redistributiva do Sr. Jorge Manuel da Silva Mogo. Um empresário de Oliveira do Hospital com sucesso em Coimbra e que regressa habitualmente à sua casa em São Paio de Gramaços e partilha com a comunidade o sucesso da vida que alcançou em Coimbra.

Portanto, uma proposta com cinco cidadãos e entidades de referência de Oliveira do Hospital que trazemos até vós, depois de apresentadas e discutidas com todos os grupos políticos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Quero começar por dizer que não sei se o Deputado Rui Monteiro não vai depois crucificar-me porque eu também tenho reservas em relação ao método e às personalidades e instituições que são propostas e eu creio que é um direito que assiste a todos e a forma de expressámos o nosso descontentamento, desde que não se insulte ninguém, nomeadamente abandonar a sala ou permanecer na sala.

Dizer o seguinte: Ouvei o Sr. Presidente da Câmara Municipal e quero dizer que é a última vez que vou à reunião porque fui cumprir uma formalidade. Honestamente levei um conjunto de proposta, manifestei a minha opinião e eu não tenho nada contra a proposta que está formulada, mas levei as minhas propostas na perspectiva de serem consideradas e nenhuma foi considerada, e isto repete-se porque já no ano passado fiz um conjunto de propostas que não foram tidas em conta. Se a minha opinião é só para dizer sim, ou não, eu não volto a essas reuniões e o Sr. Presidente da Câmara Municipal manda-me um *mail* a dizer qual é a proposta para eu tomar conhecimento.

Depois, em relação à proposta dizer o seguinte: Não há mulheres neste Concelho para homenagear? Não há uma única mulher nesta proposta e eu acho que devia haver! Há com certeza mulheres para homenagear neste Concelho.

Depois, não há personalidades na área da cultura e na área do desporto há porque o Manuel da Costa foi meu treinador de râguebi, e por quem eu tenho grande estima, e está nesta proposta.

E espero que a minha intervenção não esteja a calar o óbvio porque a democracia é isto, é a gente concordar ou discordar.

Dizer ainda o seguinte: O Manuel da Costa é regente agrícola? Desculpem lá mas o Manuel da Costa é Engenheiro Técnico Agrário.

Depois foi referida a Guerra do Ultramar e creio que está considerado historicamente que é Guerra Colonial e não é Guerra do Ultramar. Desculpem lá, e por muito que isto custe a alguns! São formulações que me parecem que deviam ser retiradas e corrigidas.

Depois, em relação ao Café Portugal, a minha consideração é a seguinte: Homenageiam-se os sucessivos donos mas não se homenageiam e referenciam as pessoas que fizeram o Café Portugal, e eu refiro-me nomeadamente ao Sr. Adelino. O Sr. Adelino foi durante dezenas de anos a figura do Café Portugal, era ele que dava o rosto no Café Portugal e foi ele que ajudou a fazer o Café Portugal, sempre me lembro dele desde o tempo do Colégio quando eu vinha para ali fazer patifarias no bilhar.

Também creio que há personalidades ligadas ao Café Portugal que mereciam ser mencionadas, nomeadamente o Abel pardal que era o engraxador que estava no Café Portugal.

Homenagear os proprietários é importante mas as pessoas que fizeram as casas são tão importantes quanto os proprietários.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Jorge Pinto da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Vim aqui hoje porque me sinto ultrajado e enganado porque quando o Deputado Rui Monteiro veio aqui defender o Sr. Presidente da Câmara Municipal dizendo que ele era uma pessoa com – intelectual acima de qualquer suspeita e qualquer sectarismo e partidarite eu estou em profundo desacordo.

Na quinta-feira da semana passada, junto do meio dia, recebemos uma chamada telefónica da Câmara Municipal a convocar uma reunião para sexta-feira, às onze da manhã, e eu respondi que não era possível e então foi proposto fazer uma reunião *on-line* às três da tarde. Na sexta-feira, às treze horas, o Dr. João liga para a pessoa em causa porque eu não recebi nenhum *link* e também não sei como se faz uma reunião *on-line*.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal liga às dezoito horas, para o Dr. João, depois desminta-me porque posso ter a informação errada, e disse que estava a ligar por causa da nomeação das pessoas e disse quais eram os nomes propostos, e eu quero ressaltar desde já que não tenho rigorosamente nada a opor às pessoas nomeadas pela Câmara Municipal, mas tenho a opor ao tipo de comportamento do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque diz que ouve toda a gente mas ao Dr. João disse que já tinha os cinco nomes e não era preciso mais nome nenhum porque não é aceite.

Esta é a informação que tenho e eu posso pedir ao João que escreva isto para lhe mandar.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Jorge Marques Figueiredo que fez a seguinte intervenção:

“Quero felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela proposta que apresentou depois de auscultados os partidos políticos que deram as suas opiniões.

Estes são os homenageados deste ano e acho que são nomes que merecem a concordância de toda esta Assembleia Municipal. São três personalidades e duas empresas de referência no Concelho.

No que diz respeito ao Sr. António Costa, há uma palavra que o identifica e que é solidariedade. Toda a sua vida foi um homem solidário com as pessoas, com a comunidade Oliveirense, com a comunidade do Sporting e, em Lisboa, onde tinha a sua casa, acolheu muitos jovens do Sporting, inclusivamente deste Concelho.

O Sr. Jorge Mogo é um benemérito do Concelho e proprietário de um comércio de referência na baixa de Coimbra.

O Sr. Manuel da Costa é um homem da liberdade e um incansável lutador da liberdade antes do 25 de abril. Após o 25 de abril foi Governador Civil em Évora no tempo da reforma agrária em que foi preciso ser coerente, ser resistente. É também um homem da cultura e foi um dos fundadores de uma Associação Cultural que serve a Beira Serra.

O Café Portugal é um café com mais de oitenta anos de história e um dos símbolos de excelência do comércio local do nosso Concelho e uma referência na cidade de Oliveira do Hospital.

A Quinta de Jugais, uma empresa fundada por dois jovens empreendedores deste Concelho que levam o nome de Oliveira do Hospital ao mundo e é um símbolo do empreendedorismo e resiliência que sempre caracterizou as gentes do nosso Concelho.

São três personalidades e duas empresas que acho que merecem a concordância de todos nós nesta Assembleia Municipal.

Felicito o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela proposta que apresentou e que está aqui hoje a votação.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“O sete de outubro é um dia importante para o Concelho de Oliveira do Hospital e os homenageados fazem parte da cerimónia do sete de outubro.

Relativamente à proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de sete de outubro penso que esta Assembleia Municipal, e acho que todos estaremos de acordo, devemos votar favoravelmente.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Sinceramente só lamento que pessoas tão dignas e empresas que, como já aqui foi dito, levam o nome de Oliveira do Hospital a todo o mundo tenham aqui este tratamento. Acho que este tratamento se iniciou por um conceito de democracia que aqui está a falhar.

O conceito de democracia que o Sr. Presidente da Câmara Municipal prosseguiu foi o de convocar os representantes dos partidos políticos para eles saberem quem seriam as pessoas e empresas de Oliveira do Hospital que teriam gabarito para receber esta nomeação.

Criou-se uma expectativa. Criou-se a expectativa dos partidos poderem participar, e no tempo do Prof. José Carlos Alexandrino havia um consenso, e agora não houve.

A chamada auscultação não existiu e o que se fez foi uma informação. Ou seja, os partidos foram informados de que vão ser homenageadas e vão ser aprovadas estas pessoas. Isto criou aqui uma aula de ciência política, uma aula de história, uma aula de democracia. Aquilo que deveria ser uma homenagem digna, acaba por sair beliscada no meio desta trapalhada toda que aqui se causou.

O Deputado João Ramalhete disse aqui uma coisa certíssima: “as pessoas cada vez mais se afastam da política porque a política cada vez mais tem pessoas com menos valores”, e isso é verdade e viu-se hoje aqui.

Vou votar favoravelmente esta proposta porque reconheço o mérito e a dignidade destas pessoas e empresas, como vocês também reconhecem, mas o modo como foi tratado foi muito mau.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Concordo com quase tudo que o anterior interveniente disse e só discordo de uma situação. É que tudo isso que aconteceu, não aconteceu hoje aqui. Aconteceu na segunda-feira, na reunião de Câmara Municipal onde isso

foi votado e de onde fugiram e de onde desertaram os elementos do PSD do Executivo.

Lamento profundamente e acho que temos de pensar um bocadinho no funcionamento da Assembleia Municipal, e no Período da Ordem do Dia.

Acho que neste Ponto o que se devia estar a discutir era a valia, ou não, dos nomes que foram propostos e que vão ser votados e sufragados.

O Período de Antes da Ordem do Dia é que era para fazer as apreciações ao que entendessem porque agora é para votar os nomes e para se dizer se o Sr. António da Costa, se o Café Portugal, se o Sr. Jorge Manuel da Silva Mogo, se o Sr. Manuel Francisco da Costa ou a Quinta de Jugais merecem, ou não, ser homenageados, ser agraciados pela Câmara Municipal com a medalha de Mérito Municipal, e é isso que este Ponto II refere, e todo o resto é para ser discutido no Período de Antes da Ordem do Dia.

Avultaram estas pessoas e a maneira como agiram na reunião de Câmara Municipal e voltam a fazê-lo aqui. Os meus parabéns porque de facto os conhecimentos consolidados de todas as aulas que foram dadas são mais do que evidentes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Não vou responder a apreciações de carácter. A política presta-se a isto mas eu não vou responder a apreciações de carácter.

Vou dar duas notas factuais: Na reunião realizada com o representante da CDU, João Abreu, ele apontou um grupo de homenageados que foi considerado para futuros Feriados Municipais.

Segunda nota informativa de esclarecimento à Assembleia Municipal: Eu não marquei nenhuma reunião com os grupos e quem contactou foi o Gabinete e eu só fui informado dos horários por motivos de agenda e reuni. Fui informado que o Dr. João Duarte não podia estar na reunião das quinze horas e que trataria com ele por telefone e foi aquilo que fiz e tive uma conversa bastante agradável e cordial, e até simpática, e gastámos mais tempo a falar de outros assuntos do que propriamente sobre os homenageados.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação nominal e por escrutínio secreto o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de

outubro de 2023, sendo o resultado da votação nominal e por escrutínio secreto para a atribuição das Medalhas de Mérito Municipal, o seguinte:

- António da Costa, aprovada por maioria, com 1 voto contra e 2 abstenções;
- Café Portugal, aprovada por maioria, com 1 abstenção;
- Jorge Manuel da Silva Mogo, aprovada por unanimidade;
- Manuel Francisco da Costa, aprovada por maioria, com 1 abstenção;
- Quinta de Jugais, aprovada por unanimidade;

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, São Gião, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2022, no valor total de 23.119,20 € (vinte e três mil cento e dezanove euros e vinte cêntimos).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Ponto III diz respeito à compensação atribuída às Freguesias pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2022, e sobre este Ponto eu já esclareci no Período de Antes da Ordem do Dia e esta compensação tem que ser antecipado para julho e iremos trabalhar numa proposta a levar ao Executivo para revisão de alguns valores, e tentaremos nova solução por via do Planalto Beirão, e admitimos que talvez não seja a melhor solução pela razão que invoquei no Período de Antes da Ordem do Dia, para depois nos imputarem faturas dos custos é preferível dar o apoio directamente às Juntas de Freguesia.

Relativamente ao reparo ou crítica relativo ao pagamento em outubro, de facto ele deve ser antecipado para junho e pedia ao Gabinete de Apoio às Freguesias para acautelar essa efectividade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Muito directamente dizer o seguinte: No ano passado fiz aqui um resumo de situações, e com certeza que todos se lembrarão, relativamente à disparidade de valores. Não houve justificação convincente para esta disparidade de valores e curiosamente, e não sei porquê, Meruge é sempre a Freguesia que recebe menos. Foi-me dito que talvez fosse importante enviar os locais onde era recolhido o lixo. Fiz essa proposta, o Prof. Daniel recebeu-a e creio que o Sr. Presidente da Câmara Municipal também, mas o pagamento para 2022 é exactamente igual ao que foi feito em 2021.

Creio que esta proposta pode ter sido importante numa determinada fase desse processo mas neste momento está completamente desajustada e injusta, na minha opinião. É muito injusta porque os custos que as Juntas de Freguesia suportam com este transporte do lixo onde não chega o camião é basicamente igual para todas. No nosso caso, fazemos este transporte quatro vezes por semana. Ao domingo vai-se colocar no sítio onde chega o carro do lixo, na segunda-feira à noite vai-se buscar para se colocarem nos sítios, na quinta-feira volta-se novamente a preparar os contentores e na sexta-feira regressam novamente aos sítios, para além da recolha que fazemos também nos mini-ecopontos.

Na minha opinião tem que haver uma proposta que abranja todas as Freguesias e que contemple não apenas esses aspectos da recolha do lixo urbano mas também a limpeza dos caminhos rurais.

O que eu vou dizer se calhar é comum a todas as Freguesias porque nós gastamos anualmente milhares de euros a limpar os caminhos que são da responsabilidade da Câmara Municipal.

Creio que tem que haver um compromisso, as Juntas de Freguesia recebem uma verba que contempla essas questões do lixo urbano e também a limpeza de determinado tipo de caminhos que depois seriam discutidos numa reunião entre nós. É esta a proposta que eu faço.

Não me levem a mal mas eu vou votar contra esta proposta porque de facto não teve em consideração as observações que foram feitas no ano passado.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Eu concordo com o meu conterrâneo, João Abreu, porque realmente o dinheiro é pouco.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal também já disse que ia rever os valores porque realmente estes valores têm cerca de dez anos e a inflação tem sido enorme e o valor do combustível tem subido e cria realmente algumas dificuldades às Juntas de Freguesia em fazerem esta recolha.

Concordo também com o Sr. Presidente da Câmara Municipal quando diz que prefere pagar às Juntas de Freguesia e eu concordo também com essa opção.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, São Gião, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira e Travanca de Lagos, como compensação pelos custos suportados com os trabalhos complementares de recolha e transporte de RSU indiferenciados, no ano de 2022, no valor total de 23.119,20 € (vinte e três mil cento e dezanove euros e vinte cêntimos), que foi aprovada por maioria, com 1 voto contra.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de apoio à Freguesia de Seixo da Beira de um subsídio no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da “Festa do Pão, Bolos e Bolas - 2023”.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Deixem-me dar aqui a seguinte nota: A Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira teve que se ausentar por um motivo de força maior, por um motivo bastante desagradável.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui deixar uma sugestão porque vamos aprovar um subsídio para uma festa que já se realizou e vamos ter para o próximo mês a Festa da Castanha e a Festa do Porco e do Enchido.

Acho que seria de bom tom aprovarmos os subsídios para estas festas antes delas acontecerem.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de apoio à Freguesia de Seixo da Beira de um subsídio no valor de 2.000,00 € (dois mil euros), como apoio à realização da “Festa do Pão, Bolos e Bolas - 2023”, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem aquando da aprovação do Plano e Orçamento é também aprovado o Mapa de Pessoal e este Ponto V é referente a uma proposta de alteração ao Mapa de Pessoal relativo ao ano de 2023, com a criação de catorze lugares a ocupar por contratos de tempo indeterminado. São dez lugares para consolidação de mobilidade, ou seja, pessoas que já estão em determinadas posições, e são quatro lugares novos nomeadamente um como Administrativo e três como Cantoneiros. É esta a alteração ao Mapa de Pessoal aprovado aqui na Assembleia Municipal de dezembro de 2022.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 %, para o ano de 2024.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A proposta é manter as mesmas taxas que foram aprovadas em 2022, seja relativamente à Taxa de IMI, seja relativamente à Taxa de IMI em função do número de dependentes, seja relativamente à participação variável no IRS.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Nesta proposta de fixação da Taxa do IMI em 0,33 %, para o ano de 2024, que aqui nos é apresentada, todos percebemos qual vai ser o sentido de voto de toda a gente, até porque ao vermos os documentos que nos foram fornecidos e vermos a forma como foi votado no Executivo, e aquilo que sai do Executivo é aquilo que vai aqui sair, e não vamos agora aqui inventar nada.

Dizer-vos que também é expectável e se compreende perfeitamente que vamos aqui ouvir clamar “estes malandros não descem a Taxa do IMI, e têm margem para descer a Taxa do IMI, deveriam descer a Taxa do IMI”.

Pois é, digo-vos, antecipando todas estas questões, que efectivamente este Executivo e os anteriores do PS foram os únicos que efectivamente já baixaram a Taxa do IMI. Nenhum Executivo do PSD baixou a Taxa do IMI.

É muito fácil dizer que se pode baixar porque fica bem lá para fora e ao mesmo tempo queremos reforçar o investimento, e ao mesmo tempo queremos reforçar a protecção aos cidadãos Oliveirenses e como tal podemos perfeitamente abdicar das receitas para podermos fazer isso. Se conseguirem esse tipo de postura era bom porque teríamos aqui uma espécie de galinha dos ovos de ouro, mas infelizmente não é possível.

Votarei a favor da proposta de fixação da Taxa do IMI em 0,33 %, para o ano de 2024, e entendo que não tenham neste momento condições objectivas para mantendo o nível de investimento, mantendo aquilo que são os compromissos da Câmara Municipal e mantendo a protecção aos Oliveirenses, não é possível prescindir de fontes de receita por mais pequenas que sejam e devo dizer-vos que esta não é muito grande.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Jorge Pinto da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Mais uma vez a posição do CDS é contra a fixação da Taxa do IMI em 0,33 %. Entendemos que há uma crise grande no Concelho e entendemos também que podia haver um esforço da parte da Câmara Municipal para criar uma redução desta taxa.

O Deputado Rui Monteiro já disse “vocês querem baixar os impostos e aumentar as despesas” e isso é um contra-senso mas talvez possa haver uma outra gestão dos recursos da Câmara Municipal.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes que fez a seguinte intervenção:

“É verdade que não vou fugir, nem desertar, nem faltar ao respeito a algumas pessoas, mas relativamente à Taxa de IMI estávamos à espera que o Executivo apresentasse uma proposta em linha com aquilo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tanto apregoa, que Oliveira do Hospital é um Município que coloca as pessoas em primeiro lugar, e que levasse à reunião do Executivo e aqui esta Assembleia Municipal uma proposta de redução da taxa nem que fosse pelo menos 0,1 %. Aliás, até estávamos com alguma expectativa quando elaborámos a intervenção sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos porque gostaríamos de colaborar nessa proposta de baixarem a Taxa do IMI, o que faria também com que tivéssemos que votar favoravelmente a mesma proposta mas o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo quiseram poupar-nos a esta situação e ainda não foi desta que nos colocou a votar favoravelmente neste Ponto, tal como algumas pessoas tinham adivinhado.

No nosso entender este Executivo perdeu uma oportunidade incrível para dar um sinal claro aos nossos Municípios que as pessoas em Oliveira do Hospital estão em primeiro lugar, como dizem.

Numa altura em que as dificuldades do comum cidadão são cada vez maiores poderia o Município dar essa ajuda clara mostrando que nesta casa alguém se preocupa com o seu dia-a-dia, já que ao que parece os Governantes lá por Lisboa não dão esses sinais de quererem facilitar a vida aos Portugueses, por exemplo, descendo a Taxa de IRS com uma redução generalizada que iria colocar mil e duzentos milhões de euros já este ano de 2023 no bolso dos contribuintes ou até ter aceite a proposta do PSD lá na Assembleia da República para a criação do IRS jovem com uma taxa de 15 % para os jovens até aos trinta e cinco anos que naturalmente não tivessem um escalão mais elevado de IRS.

Estas, sim, são propostas que ajudariam a melhorar a vida das pessoas não só do nosso Concelho mas também do nosso País mas o PS lá por Lisboa não as deixou passar.

Já sei e era expectável que depois desta intervenção viessem aqui alguns Deputados defender a posição do Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmando que o Executivo PS, liderado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que reduziu a Taxa de 0,35 % para 0,34 % e depois para 0,33%. Foi assim que aconteceu, nós temos memória também. Sendo que, na altura, desta última redução também o Sr. Presidente afirmava que o próximo Executivo teria margem para reduzir a taxa para a taxa mínima.

Claro que estas reduções apenas foram possíveis na altura do Sr. Presidente da Assembleia Municipal agora em exercício, porque a situação financeira do Município quando o PS foi eleito era bastante equilibrada. E era equilibrada porque era o resultado de uma gestão criteriosa ao longo dos últimos anos da liderança PSD.

Também já sei que há aí muitos a sorrir e a esfregar as mãos. É aquela maravilha a que já nos habituaram também que não se fazia obra, etc mas as obras cá ficaram.

Em suma e para concluir, bem sabemos o que aconteceu, pandemia, guerra e inflação e não obstante disso, e tendo em conta aquilo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal já hoje afirmou aqui várias vezes e que também alguns dos Srs. Deputados já relembrou muitas vezes, a situação financeira do Município é equilibradíssima e, por isso, nós entendemos que pelo menos um sinal poderia ter sido dado no sentido de redução da Taxa de IMI, sem que com isso a sustentabilidade e o equilíbrio das contas do nosso Município fosse afetada.

Deste modo, naturalmente iremos votar contra esta proposta de manutenção da Taxa de IMI de 0,33 %.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto do IMI e acrescentando ao que já o meu colega aqui veio referir, votamos contra este Ponto porque achamos que existe aqui folga e margem para darmos algum alívio aos Oliveirenses que pagam este imposto.

Na minha opinião é um dos impostos mais injustos que temos porque as pessoas estão a pagar imposto daquilo que já adquiriram com o seu dinheiro e muitas vezes com muito sacrifício.

Gostaria também de relembrar aqui que este PS tinha escrito no seu manifesto eleitoral, em 2017, a descida gradual do IMI ao longo dos anos e tendo previsto passá-lo para a taxa mínima de 0,3 pontos percentuais em 2021. Ora, estamos em 2023 e também aqui a palavra não está a ser honrada. Como dizia o Sr. Presidente da Câmara Municipal, outros tempos, e neste caso era o tempo eleitoral.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“De facto por precaução foi entendimento do Executivo manter as três taxas que apresentei em conjunto e é evidente que para haver investimento tem que haver receita.

Entretanto temos um volume de investimento avultadíssimo para fazer e é preciso receita, é preciso contrapartida nacional, é preciso disponibilidade financeira para avançar com intervenções, com obras e com apoios. E, depois, também há aqui um dado que já foi aqui comentado e eu tenho que aproveitar, e também não fui eu que inventei a guerra na Ucrânia, e dispenso-a, nem fui eu que inventei a inflação que continua sem parar e com forte impacto em todas as intervenções, sejam obras, aquisição de bens e serviços, e todo o resto. É preciso termos a noção disso.

O IMI é uma das receitas do Orçamento Municipal, e entre o intervalo de 0,40 % e 0,30 % nós temos 0,33 %. Por precaução mantemos a taxa de 0,33 %.

Eu não tenho a magia da multiplicação que me apresentam aqui de forma fantasiosa obviamente mas o Orçamento Municipal com as suas fontes de financiamento tem aqui um efeito redistributivo. Ou seja, devolvendo aos cidadãos aquilo que nos vem por via da receita tributária. E aqui tenho que dizer, aproveitando a ironia do Deputado Rui Abrantes, que de facto as pessoas estão em primeiro lugar. As pessoas são a nossa prioridade.

Esse efeito redistributivo e essa forma de devolver aos cidadãos estas receitas permite-nos um programa de Incentivo à Natalidade que já investiu mais de um milhão de euros nas famílias. Estes dados já são antigos, o que no tempo do PSD, recorde-vos, não havia. Permite uma Bolsa de Estudos para alunos do Ensino Superior de cinquenta mil euros, que no tempo do PSD este valor não existia. Os transportes gratuitos para todos os alunos, pagos pelo Orçamento Municipal, que no tempo do PSD não havia. O apoio à aquisição de medicamentos, que no tempo do PSD não havia. As fichas dos manuais escolares gratuitas para todos os alunos, investimento do Orçamento Municipal.

O programa Ativos Sociais para situações de emergência, carência e necessidade, que no tempo do PSD não havia. O programa Casa Digna para a recuperação do parque habitacional degradado de pessoas de baixos recursos, mais de trezentos mil euros já investidos, que no tempo do PSD não havia. O tarifário social da água, a Câmara paga para a tarifa de água e saneamento no Concelho ser mais baixo, fazemos comparticipação. A isenção das taxas associadas às iniciativas das associações e colectividades, os apoios no desporto e na formação, os apoios na cultura, os apoios no associativismo no desporto, cultura e recreio, as cedências gratuitas de equipamentos municipais, as cedências de transporte escolar às colectividades e associações, todo esse conjunto de intervenções. O programa do Banco de Recursos Sociais, o programa de Ajuda Alimentar.

E também mais uma vez lembrar o impacto da inflação nas finanças municipais e os custos acrescidos nas obras e empreitadas, na electricidade, nas refeições escolares, nos transportes escolares e nos transportes colectivos, o aumento de custos na recolha e tratamento e deposição dos resíduos sólidos urbanos, a fatura cresceu brutalmente e obviamente o conjunto de obras e intervenções em curso. E também dizer que para isto é preciso receita, capacidade financeira.

Mas também dizer que a Figueira da Foz que tem outro nível de captação de receitas e vem a seguinte notícia no diário as beiras: Município mantém taxas e impostos inalterados. A Figueira da Foz que tem outra base de coleta tem 0,40 % nos prédios urbanos ou outras Câmara do Partido Social Democrata que hoje se queixam, veja lá a contradição, queixam-se que outros Executivos anteriores populistas baixaram para a taxa mínima e agora estão a perder receita para fazer face às novas necessidades. Como podem perceber, isto é conforme os gostos.

Sobre os factos dizer-vos que estão isentos de pagamento de IMI todos aqueles que têm rendimentos até quinze mil quatrocentos e sessenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos e também estão isentos de IMI aqueles que têm valor patrimonial até sessenta e sete mil duzentos e sessenta euros e estamos a falar de avaliações patrimoniais dos respectivos imóveis.

E já agora, e não o digo com muita felicidade, vejam lá que a receita de IMI, de 2021 para 2022, baixou e em 2023 também se prevê que continue a baixar por via do alargamento das isenções concedidas pelo Governo. Portanto, não vão pensar que estamos a enriquecer com a coleta de IMI porque ela tem vindo a descer sucessivamente desde 2021.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Só quero dizer ao Deputado Rafael Costa que tem razão quando diz que o nosso manifesto eleitoral tinha a proposta que referiu aqui e é verdade que se fizeram as reduções graduais para 0,34 % e para 0,33 % mas depois há coisas que se alteram, nomeadamente a partir dos incêndios e também com a perda de receitas do próprio IMI com as casas que arderam e depois do investimento que foi feito foi preciso reflectir e travar.

Poderíamos analisar o Anuário dos Municípios Portugueses que tem lá o retrato financeiro dos municípios.

Como disseram, quando eu ganhei a Presidência a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tinha uma dívida que não era muito grande e se não tivessem feito aquele empréstimo de cinco milhões de euros ainda estaria muito melhor. Houve também uma fase em que houve uma redução da nossa dívida e isso está no Anuário dos Municípios Portugueses.

Também defendo que quando pudermos devemos baixar o IMI para 0,30% e a minha posição é clara e também não deixo de a dizer aqui mas temos que perceber as dificuldades que tivemos no mandato de 2017/2021 e também agora neste mandato com estes problemas da guerra e da inflação, e quero corroborar as palavras do Presidente da Câmara Municipal e referir o número de obras e a nossa participação.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 %, para o ano de 2024, que foi aprovado por maioria, com 9 votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2024.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Já expliquei que no ano de 2024 vamos manter as mesmas taxas do ano de 2023 para a redução de taxa de IMI em função do número de dependentes. Com um dependente a redução da taxa é de vinte euros, com dois dependentes a redução da taxa é de quarenta euros e com três dependentes a redução da taxa é de setenta euros.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho uma dúvida e queria dizer o seguinte: O Sr. Presidente da Câmara Municipal anunciou que havia isenção até um determinado tipo de rendimentos e creio que é justo que essa fasquia seja aumentada em face do agregado. Esta forma, na minha opinião, é injusta.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Já percebemos que a próxima votação vai ser por unanimidade porque fica bem e porque estamos a tratar de uma diminuição.

Só acrescentar mais dois pontinhos: Eu também não gosto e há bocado atrapalhei-me a ler algo que eu escrevi mas quando se vem aqui ler determinadas intervenções há que ter a capacidade de as interpretar, e há que ter a capacidade, por exemplo, de dizer ao invés de, “é expectável que venham”, que “já cá vieram”. Mais uma vez, a capacidade de gerir a informação e de a debitar é outra. Portanto tenham ao menos a capacidade de adaptar aquilo que trazem escrito.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2024, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2024, em 5 %.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho formação em finanças nem em contabilidade mas parece-me que esta proposta vai beneficiar os grandes rendimentos porque reduzir 5 % sobre vinte mil euros são mil euros são mil euros e se for sobre onze mil e novecentos euros, que é o rendimento anual do salário mínimo, são quinhentos e noventa e cinco euros.

Se é para reduzir em 5 %, é devolver às pessoas 5 % do IRS que pagaram e a quem pagou mais vão devolver mais e não me parece que isso seja justo.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Quero pedir desculpa porque tenho andado a ver noticiários demais, ou ando a ter demasiada informação, e vivo num País diferente da grande parte dos que aqui estão. Vivo num País onde todos os dias vejo pessoas em desespero porque não conseguem pagar a casa, vejo pessoas que não conseguem alimentar os filhos, vejo pessoas que não conseguem comprar mantimentos, vejo pessoas tristes porque não conseguem cumprir com as suas obrigações, vejo pessoas que se lamentam todos os dias com as despesas que têm e com os ordenados que se mantêm e que não conseguem fazer face às despesas. Estamos num País onde cento e oitenta e um municípios, 59 % dos trezentos e oito, têm a taxa mínima de IMI e nós não temos. Temos no IRS cento e setenta municípios que têm a taxa mínima e nós temos a máxima.

Queremos atrair pessoas para o interior mas não damos condições para isso.

Lamento que este Executivo e em face das dificuldades que o povo passa não tenha o bom senso de os ajudar e descer a taxa de IRS e o IMI.

Vou votar contra esta proposta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Jorge Pinto da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“Venho mais uma vez manifestar a opinião do CDS. Somos contra esta fixação da taxa de IRS.

Nos Concelhos vizinhos a taxa de IRS é mais reduzida do que em Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco tentei explicar que o Município precisa de fontes de receita e esta participação na coleta de IRS transferida diretamente do Estado para o Orçamento Municipal.

Os Senhores continuam a insistir na tese de impostos mínimos e investimento máximo. Não percebo como é que gerem a vossa economia!

Provavelmente não me fiz entender relativamente ao conjunto de programas que têm apoios diretos às pessoas e que saem do Orçamento Municipal e seria fastidioso voltar a elencá-los.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“O Deputado João Brito ao falar da situação nacional não se poderia ter esquecido de uma coisa extremamente simples: No tempo da troika os Municípios que tinham endividamento o Governo tirou-lhe poder e obrigou-os a aplicar as taxas máximas e hoje são as mesmas pessoas que vêm aqui dizer para baixar as taxas. Há quem queira sol na eira e chuva no nabal.

A nível nacional temos uma médias de impostos demasiado elevada sobretudo nos rendimentos do trabalho e quem é mais afetado é a classe média.

Mas é verdade que se o PSD não tivesse esta história uma pessoa até percebia o ataque político.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2024, em 5 %, que foi aprovado por maioria, com 9 votos contra.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Foi enviado para conhecimento dos Srs. Deputados Municipais a deliberação da Câmara Municipal da reunião extraordinária de 25 de setembro de 2023 relativa à aceitação das transferências de competências em matéria de saúde e que terá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segunda Secretária)
